

Convocação de Assembleia Geral (virtual) da ADUFSCar: 09 de abril.

A ADUFSCar convoca, para a próxima sexta-feira, 09 de abril, às 16h30 (para início regimental às 17h00), Assembleia Geral tendo como ponto de pauta único o debate da atual conjuntura, e propostas de encaminhamento que sejam julgadas necessárias e pertinentes.

A Diretoria da ADUFSCar, como subsídio para os debates que se travarão na AG, apresenta o conjunto de propostas abaixo, para debate:

1. Afirmar **posição contrária à EC 109, à PEC 32, ao Decreto 10.620**, que prejudicam o serviço público e seus servidores.
2. **Defender junto aos deputados e senadores**, em particular os do Estado de São Paulo, **que se posicionem contrariamente a esses dispositivos legais.**
3. **Articular ações conjuntas com as centrais sindicais e com entidades representativas do campo da saúde, da educação e estudantis, na luta em defesa da vida, da educação, do serviço público e dos direitos sociais**, por intermédio de campanhas de mídia, ‘lives’ e outras modalidades de divulgação, integrando-se aos calendários de mobilização aprovados.
4. **Organizar e apoiar iniciativas em defesa:**
 - a. **da aceleração do ritmo de vacinação** contra a COVID-19;
 - b. **do aumento do auxílio emergencial para R\$ 600,00**, com imediato repasse aos beneficiários;
 - c. **do apoio aos pequenos e microempresários**, para que possam enfrentar a crise, manter seus negócios e evitar o aprofundamento do desemprego;
 - d. **da adoção de medidas urgentes e articuladas de distanciamento** no âmbito dos municípios, dos estados e da união, sem o que não será possível enfrentar o aumento desenfreado de casos, internações e óbitos que assola o Brasil de forma crescente e gravíssima;
5. **Apoiar financeiramente estabelecimentos de saúde pública e/ou pessoas em situação de miséria nos municípios onde a ADUFSCar atua**, destinando para isso recursos no montante de R\$ 120.000,00, que deixaram de ser gastos em função da redução de atividades presenciais deste ano, em razão da pandemia.

A Diretoria da ADUFSCar irá submeter a ampla ‘Consulta’, posterior à AG, quaisquer propostas que, uma vez aprovadas, venham a resultar em doação de recursos da entidade, que pertencem a todos os associados.

1. Resultado da AG (virtual) da ADUFSCar (09 de abril)

Foram aprovados os pontos 1 a 4 da proposta apresentada pela Diretoria da ADUFSCar, a saber:

1. *Afirmar **posição contrária à EC 109, à PEC 32, ao Decreto 10.620**, que prejudicam o serviço público e seus servidores.*
2. ***Defender junto aos deputados e senadores**, em particular os do Estado de São Paulo, **que se posicionem contrariamente a esses dispositivos legais**.*
3. ***Articular ações conjuntas com as centrais sindicais e com entidades representativas do campo da saúde, da educação e estudantis, na luta em defesa da vida, da educação, do serviço público e dos direitos sociais**, por intermédio de campanhas de mídia, ‘lives’ e outras modalidades de divulgação, integrando-se aos calendários de mobilização aprovados.*
4. ***Organizar e apoiar iniciativas em defesa:***
 - a. ***da aceleração do ritmo de vacinação** contra a COVID-19;*
 - b. ***do aumento do auxílio emergencial para R\$ 600,00**, com imediato repasse aos beneficiários;*
 - c. ***do apoio aos pequenos e microempresários**, para que possam enfrentar a crise, manter seus negócios e evitar o aprofundamento do desemprego;*
 - d. ***da adoção de medidas urgentes e articuladas de distanciamento** no âmbito dos municípios, dos estados e da união, sem o que não será possível enfrentar o aumento desenfreado de casos, internações e óbitos que assola o Brasil de forma crescente e gravíssima.*

Quanto ao ponto número 5 da proposta da Diretoria, referente a ações da ADUFSCar no combate a Pandemia, a Assembleia aprovou a seguinte proposta:

A ADUFSCar poderá destinar o montante da ordem de R\$ 120.000,00 (economizados no ano de 2021 e não constantes do orçamento anteriormente aprovado pelo CF) a ações de apoio durante à pandemia, com recomendação ao atendimento à comunidade interna da UFSCar. O Conselho Fiscal deverá: a) elaborar uma proposta contemplando a forma de uso dos recursos e o valor a ser destinado às ações; e b) encaminhar essa proposta para avaliação em nova assembleia.

2. Resultado da reunião do Conselho Fiscal da ADUFSCar (13 de abril)

Conforme decidido na AG de 09 de abril, a Diretoria da ADUFSCar convocou imediatamente o Conselho Fiscal para reunião, na qual foi aprovada – com apenas um voto contrário – a proposta da Diretoria da ADUFSCar, com a deliberação dos valores a serem destinados às diversas ações, conforme indicado a seguir.

Apoiar financeiramente estabelecimentos de saúde pública (combate à COVID) e estudantes da UFSCar e IFSP/São Carlos em situação de vulnerabilidade, destinando para esse fim R\$ 120.000,00.

Desse valor:

- a. R\$ 30.000,00 serão destinados ao HU/São Carlos;*
- b. R\$ 30.000,00 serão direcionados a estabelecimentos de saúde pública nos municípios onde a UFSCar atua e/ou a doações de cestas básicas para a comunidade externa vulnerável – em ambos os casos, sob a forma de equipamentos demandados, a serem entregues diretamente pela ADUFSCar;*
- c. R\$ 60.000,00 serão alocados aos estudantes, sob a forma de produtos de necessidade básica (como alimentos e itens de higiene pessoal), ficando a ADUFSCar, da mesma forma, incumbida de providenciar a entrega direta desses bens aos discentes, tendo sido amplamente discutida e rejeitada a alternativa de repasse de recursos da ADUFSCar para a UFSCar (via FAI).*

Além disso, a Diretoria da ADUFSCar terá flexibilidade para efetuar doações complementares no valor de até 20% do total dos recursos estipulado acima, de acordo com eventuais demandas apuradas.

3. AG da ADUFSCar, 22 de abril, às 17h30 (início regimental às 18h)

Será realizada AG (virtual) neste 22 de abril, conforme já convocado eletronicamente em 16 de abril, com um único ponto de pauta: **Doações da ADUFSCar para combate à pandemia da COVID-19**. A assembleia ocorrerá via plataforma Zoom, e é imprescindível que os associados se identifiquem com nome e sobrenome no seu perfil ao ingressar na reunião, utilizando a opção "Rename" (no canto superior direito do seu bloco), se necessário, logo após entrar na sala virtual. A Diretoria da ADUFSCar informa que serão encaminhadas para Consulta, logo após a realização dessa nova assembleia, a proposta do Conselho Fiscal e outras que vierem a ser aprovadas na AG.

1. Resultado da AG virtual da ADUFSCar (22 de abril)

A proposta aprovada no Conselho Fiscal (CF), com apenas um voto contrário, conforme já divulgada no Comunicado 22/2021, foi apresentada aos colegas presentes à Assembleia Geral. A Diretoria da ADUFSCar explicou que, além dessa proposta, surgira no CF uma outra, que propunha o repasse de recursos dos associados da ADUFSCar para a UFSCar (que faria a gerência, via FAI e PROACE), tendo essa proposta sido retirada após discussão.

Na AG ressurgiu a mesma proposta que havia sido retirada no CF, desta vez encaminhada por um dos participantes da assembleia, tendo sido novamente retirada após amplo debate. Com isso, a assembleia ficou com apenas uma proposta, ou seja, aquela aprovada no CF. Essa proposta foi, então, modificada e, na sequência, aprovada por unanimidade, conforme abaixo (o trecho retirado está taxado, em vermelho, e o acrescentado está em verde):

A ADUFSCar irá apoiar financeiramente estabelecimentos de saúde pública (combate à COVID) e estudantes da UFSCar e IFSP/São Carlos em situação de vulnerabilidade, destinando para esse fim R\$ 120.000,00, tendo a Diretoria da ADUFSCar flexibilidade para efetuar doações complementares no valor de até 20% do total dos recursos estipulado acima, de acordo com eventuais demandas apuradas. Desse valor:

- a. R\$ 30.000,00 serão destinados ao HU/São Carlos;*
- b. R\$ 30.000,00 serão direcionados a estabelecimentos de saúde pública nos municípios onde a ADUFSCar atua (São Carlos, Araras, Sorocaba e Campina do Monte Alegre) e/ou a doações de cestas básicas para a comunidade externa vulnerável – em ambos os casos, sob a forma de equipamentos demandados, a serem entregues diretamente pela ADUFSCar;*
- c. R\$ 60.000,00 serão alocados aos estudantes, ~~sob a forma de produtos de necessidade básica (como alimentos e itens de higiene pessoal)~~, ficando a ADUFSCar incumbida de fazê-lo por intermédio da transferência de recursos diretamente para as contas dos estudantes, a título de bolsa alimentação, obtidas as necessárias informações por articulação junto às instâncias institucionais da UFSCar e do IFSP e às entidades estudantis, dentre outros mecanismos, tendo sido amplamente discutida e retirada a alternativa de repasse de recursos da ADUFSCar para a UFSCar (via FAI).*

A Diretoria da ADUFSCar, como anunciado previamente, irá plebiscitar essa proposta, que envolve a transferência de um valor considerável de recursos dos associados para apoiar o combate à pandemia da COVID-19. Se a proposta acima for aprovada na ‘Consulta’ a ser feita, a Diretoria da ADUFSCar irá proceder aos devidos encaminhamentos, que só poderão ter êxito, evidentemente, caso tenhamos sucesso em obter as ‘necessárias informações’, conforme indicado no item c. da proposta aprovada.

2. Plebiscito para aprovar (ou não) doação de recursos para combate à COVID-19

Atenção: acesse a página da ADUFSCar para votar no plebiscito que aprovará ou não a proposta de doação de recursos do Sindicato para combate à pandemia da COVID-19. Sua opinião é fundamental. A votação se inicia às 14h de 27 de abril (3ªf) e se encerra às 14h de 29 de abril (5ªf).

1. Manifestações de repúdio ao pronunciamento do Deputado Ricardo Barros

A Diretoria da ADUFSCar vem manifestar seu total repúdio às declarações do Deputado Ricardo Barros (Progressistas), que afirmou, no dia 20 de abril de 2021, que “só o professor não quer trabalhar na pandemia (ver <https://educacao.uol.com.br/noticias/2021/04/20/ricardo-barros-governo-critica-professores.htm>).

Trata-se de lamentável e mentiroso posicionamento que afronta nossa categoria e desmerece o trabalho dobrado que temos tido para adaptar as nossas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão para o modelo remoto, desde o final de março de 2020. A pesquisa de vida no trabalho realizada recentemente pela ADUFSCar (QVT) retrata com precisão esse quadro, e demonstra o esforço que os professores da UFSCar e IFSP – à semelhança de tantas outras Instituições Federais de Ensino – têm feito para levar adiante suas aulas, agora em novo formato, e, também suas pesquisas, inclusive aquelas que visam o combate à pandemia da COVID-19.

Leia abaixo, também, a Nota do PROIFES, publicada, como a da ADUFSCar, nas mais diversas mídias.

PROIFES repudia com indignação declarações de líder de Bolsonaro sobre educadores

O PROIFES-Federação recebeu com indignação as declarações do líder do governo Bolsonaro na Câmara de Deputados, Ricardo Barros (PP-PR). Em entrevista à CNN Brasil, o deputado afirmou que não existe razão para o professor não estar ‘dando’ aula, nenhuma!”. E completou dizendo que “só professor não quer trabalhar”.

No pior momento da pandemia, com média diária de 3 mil mortes, o deputado não apenas ignora a gravidade da situação como a própria realidade dos docentes brasileiros. Ao afirmar que o “Brasil não teve aula nenhuma”, o deputado distorce a realidade buscando apoio da sociedade para uma volta às aulas forçada e sem os cuidados necessários para que este momento tão aguardado seja seguro para todos.

Como líder de Bolsonaro na Câmara, o deputado também ignora a irresponsabilidade do governo brasileiro diante da crise, imputando aos trabalhadores o ônus da própria negligência. A fala do deputado revela apenas como o governo federal tem tratado a categoria docente: ameaças diárias, como se nossas vidas estivessem a serviço dos interesses sombrios deste governo.

Nenhum professor deste país abandonou a Educação ou estudantes à própria sorte. Nossos esforços em manter atividades funcionando com recursos próprios dentro de nossas casas demonstram o compromisso público da categoria com a sociedade brasileira.

Na contramão, ao invés de garantir o acesso dos estudantes ao ensino, o governo impede este acesso, quando vetou a lei que levaria internet gratuita aos estudantes e professores da rede pública.

Diariamente, nós educadores buscamos cumprir nossa tarefa de ensinar, pesquisar e auxiliar no desenvolvimento deste país, em condições terríveis, oriundas, inclusive, da sabotagem do governo às políticas de combate à pandemia. Não há preocupação do governo com os docentes e

Desta forma, o PROIFES-Federação repudia as declarações do deputado Ricardo Barros e o convida a se somar na luta dos educadores por vacina e orçamento para a Educação, ambos fundamentais para a tão aguardada volta presencial das aulas no nosso país.

2. ADUFSCar e Sindicatos do PROIFES: campanha “Sem vacina, sala vazia”

A ADUFSCar já se manifestou diversas em defesa da saúde e da vida, defendendo que a vacinação dos profissionais de educação preceda o retorno às aulas. Claro que, mesmo após a vacinação desses profissionais, há que se ter condições sanitárias que permitam o retorno, respeitadas todas as indicações técnicas que se fazem necessárias, conforme determinadas pelos comitês que monitoram a pandemia nas nossas instituições.

Com a aprovação do PL 5595/20 pela Câmara dos Deputados, em 20 de abril, é forçoso denunciar a legislação aprovada, que proíbe a suspensão das aulas presenciais durante a pandemia de Covid-19. O projeto seguiu para votação no Senado e caso aprovado, será na sequência submetido ao Presidente da República.

A ADUFSCar está atuando fortemente – em duas frentes – em defesa da saúde e da vida dos docentes da UFSCar e da IFSP, que representa, luta essa que, em última instância, é a de todos os demais profissionais de ensino dessas instituições, da comunidade estudantil e das cidadãs e cidadãos das cidades/municípios onde residem.

2.1 Gestões da ADUFSCar para que o Plano Nacional de Vacinação seja respeitado em SP, com a imunização dos docentes do ensino superior após a dos professores do ensino básico, como previsto

A ADUFSCar dirigiu ofícios aos Secretários de Educação do Estado de São Paulo, e dos municípios de São Carlos, Araras, Sorocaba e Buri, solicitando audiência no sentido de que, nesses locais, seja cumprido o Plano Nacional de Vacinação do governo federal, que prevê a imunização dos docentes do ensino superior imediatamente após a dos professores do ensino básico (especificações adiante).

Estamos no aguardo de respostas e informaremos tão logo tenhamos novidades.

Veja o teor do ofício:

“A ADUFSCar, Sindicato, que representa docentes do ensino superior (Universidades e Institutos Federais) nos municípios de São Carlos, Araras, Sorocaba e Buri, dirige-se respeitosamente a Vossa Excelência com o objetivo de solicitar audiência (virtual) para discutir a possibilidade de, na nossa unidade federativa, cumprir o “Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a COVID-19”.

A segunda edição desse “Plano”, publicada pelo Ministério da Saúde no dia 22 de janeiro de 2021, prevê, no “Quadro 2, Estimativa populacional para a Campanha Nacional de Vacinação contra a Covid-19”, a composição sequencial do “Grupo prioritário”, em que, imediatamente após a imunização dos “Trabalhadores da Educação do Ensino Básico (creche, pré-escolas, ensino fundamental, ensino médio, profissionalizantes e EJA)”, figuram os “Trabalhadores em Educação do Ensino Superior”.

2.2 Ação e articulação nacional contra o Projeto de Lei 5.595/2020 junto às senadoras/aos senadores

Os sindicatos do PROIFES, dentre eles a ADUFSCar, articularam, via a nossa Federação, ampla ação de envergadura nacional contra o PL 5.595/2020.

O ‘Manifesto’ abaixo, capitaneado por diversas das entidades que compõem o Fórum Nacional Popular de Educação, foi encaminhado para todas/os os/as senadoras e senadores da República, posto que o PL, ao reconhecer a Educação como atividade essencial, determina de forma completamente equivocada a proibição de suspensão das aulas mesmo durante a pandemia, que hoje atinge patamares inéditos – volta à aulas só pode ser pensada, desde que se respeitem todas as indicações sanitárias das autoridades e comitês competentes, após a vacinação dos profissionais da educação. Leia o documento:

MANIFESTO: Essencial é a VIDA

Na noite de 20 de abril de 2021, em meio ao descontrole da pandemia de COVID-19 que assola o Brasil, a Câmara dos Deputados aprovou o PL 5595/2020, que torna aula presencial, na educação básica e superior, “serviço essencial”. Sob alegações de que crianças, adolescentes e jovens estão sendo penalizados, uma maioria de deputados e deputadas, alinhados ao discurso negacionista do governo federal, apregoaram a volta às aulas presenciais mediante observância de determinados protocolos sanitários. Ora, essas pessoas não ignoram que mais de 80% da matrícula na educação básica no país está na rede pública, em que significativo número de escolas, por conta do descaso dos governantes, se encontra com notória ausência de condições materiais adequadas para cumprir os aventados protocolos, sem contar as condições em que se realiza o trabalho de nossos profissionais da educação, muitos deles atuando em diversas escolas e se deslocando de uma para outra usando transporte público, ou ainda, que as famílias desses estudantes são aquelas que têm menor possibilidade de teletrabalho, ampliando riscos de transmissão entre colegas e profissionais das escolas.

É preciso enfatizar que, ao contrário do que disseram os apoiadores desse projeto de lei, professores e

professoras não pararam de trabalhar ao longo deste tempo pandêmico. Em todas as pontas da educação, esses profissionais têm se dedicado de modo árduo a novas rotinas. Na educação básica, um trabalho por vezes triplicado, sem recursos em muitos casos para atender de modo eficiente aos preceitos de uma educação de qualidade que assegure o aprendizado. Na educação superior, para além do ensino, a pesquisa e extensão não paralisaram em momento algum: são esses educadores cientistas que fomentam descobertas novas e divulgação diante de um negacionismo presente no cotidiano brasileiro.

Se o ensino de forma remota não tem, lamentavelmente, alcançado a toda a população em idade escolar, isso se deve mais ao descaso histórico – do atual governo, inclusive – com relação à educação e outros direitos sociais, do que aos professores e professoras, que não têm medido esforços para atender seus estudantes.

O projeto de lei aprovado na Câmara dos Deputados traz, no entanto, consequências para além da pandemia. Ao definir aulas presenciais como “serviço essencial”, estará, na prática, criminalizando o direito à livre expressão e o direito de greve (assegurado nos artigos 9º e 37 da Constituição Federal). Não por acaso, quem defendeu essa proposição foram deputados e deputadas que apoiam programas que agridem e ofendem e docência, como o famigerado “Escola sem Partido”. O PL 5595/2020 contém, ainda, mais duas impropriedades: fere a gestão democrática da educação e a autonomia universitária, princípios consagrados na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Em vista dessa aprovação, as entidades abaixo relacionadas fazem um apelo aos senhores senadores e às senhoras senadoras: rejeitem o PL 5595/2020, em defesa do direito à vida e às liberdades democráticas. Aulas presenciais, somente mediante condições sanitárias seguras e vacinação de nossos profissionais da educação!

Assinam o documento:

Associação Brasileira de Alfabetização – ABAlf

Associação Brasileira de Currículo – ABdC

Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências – ABRAPEC

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação – ANPED

Associação Nacional de Política e Administração da Educação – ANPAE

Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação – ANFOPE

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação – Fineduca

Associação Nacional de Pós-graduação em Filosofia – ANPOF

Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação – ANFOPE

Centro de Estudos Educação e Sociedade – CEDES

Central Única dos Trabalhadores – CUT

Federação de Sindicatos de Professores e professoras das Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico – PROIFES

Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil – FASUBRA

Fórum Nacional de Diretores de Faculdades/Centros/Departamentos de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras – FORUNDIR

Fórum Nacional de Coordenadores Institucionais do Pibid e Residência Pedagógica - Forpibid-rp

Fórum Distrital de Educação/ FDE

Fórum Estadual de Educação – CE

Fórum Estadual de Educação da Paraíba – FEEP

Fórum Estadual de Educação – MS

Fórum Estadual Popular de Educação – ES

Fórum Estadual Popular de Educação – PR

Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio

Sociedade Brasileira de Ensino de Química – SBEnQ

Sociedade Brasileira de Educação Matemática – SBEM

2.3 Reunião informativa sobre as implicações, para os docentes, do PL 5.595/2020

A ADUFSCar irá promover, na próxima semana, uma reunião de esclarecimento sobre os impactos do Projeto de Lei 5.595 sobre os docentes e as ações – políticas e jurídicas – que poderão eventualmente ser levadas adiante pelo nosso Sindicato.

O dia, o horário, os participantes e o link serão informados dentro em breve.

FNPE se posiciona diante do PL 5.595 e pede sua rejeição no Senado

O Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE), integrado por mais de 40 entidades vinculadas à educação (dentre as quais o PROIFES, ao qual a ADUFSCar é filiada), lançou ontem a Nota Pública que transcrevemos a seguir, a ser enviada a todas/os as/os senadoras/es. O FNPE congrega, nas bases de suas entidades, dezenas de milhões de filiados.



NOTA PÚBLICA DO FÓRUM NACIONAL POPULAR DE EDUCAÇÃO E ENTIDADES DA EDUCAÇÃO SOBRE O PL 5.595/2020

A educação é um direito social fundamental para o desenvolvimento humano. Assim, retomar as aulas presenciais, em plena pandemia, é irresponsabilidade e atenta contra a vida e dignidade da pessoa humana!

Entre os direitos sociais expressos no art. 6º da Constituição Federal (CF/1988), a educação aparece em primeiro lugar. Esta política primordial para formar os sujeitos em suas mais amplas perspectivas humanas, à luz de uma sociedade inclusiva, igualitária e de paz, conta com capítulo específico na Carta Magna, o que reforça seu caráter essencial.

Os direitos constitucionais, sobretudo nas dimensões *fundamental* (à vida e à liberdade), *social* (da coletividade), *humanitária* (que impede genocídios humanos, culturais e ambientais), *democrática*, entre outras, exigem sopesar as diferentes prioridades da sociedade em momentos de crise, como o atual, para melhor atender aos diversos fundamentos do Estado Democrático de Direito.

A decisão da Câmara dos Deputados que aprovou o PL 5.595/20, forçando o retorno às aulas presenciais em instituições públicas e privadas de nível básico e superior, atenta contra princípios basilares da Constituição. Em especial ao princípio da dignidade da pessoa humana (art. 1º, inciso III). Além disso, o projeto fere os princípios da autonomia universitária (art. 207 da CF/1988) e subverte o conceito de atividade essencial definido em legislações anteriores, plenamente vigentes, com destaque para as leis 7.783/89 e 13.979/20.

Segundo o parágrafo único do art. 11 da Lei 7.783/89, as necessidades inadiáveis, também ditas essenciais, “são aquelas que, não atendidas, colocam em perigo a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população.” Ora, no atual contexto da pandemia, são as aulas remotas que garantem as três condições de essencialidade da supracitada lei, podendo a presencialidade de quase 60 milhões de estudantes e trabalhadores em educação nas escolas e universidades comprometer, ainda mais, as já limitadas medidas de isolamento social requeridas pelas autoridades sanitárias do Brasil e do mundo para conter o coronavírus em nosso território.

A ausência de coordenação federal no enfrentamento da pandemia, com destaque para as medidas de isolamento social, de protocolos científicos sanitários e de vacinação – sendo notória a insuficiência de vacinas, inclusive para grupos prioritários, e sua distribuição desproporcional entre localidades de um mesmo estado da federação –, são fatores que comprometem políticas federativas homogêneas de largo alcance, a exemplo do retorno presencial às atividades educacionais. A falta de medicamentos essenciais, a compressão

no sistema de saúde (manifestamente em UTIs), as altas taxas de infecção e mortalidade e a recorrente incapacidade do Estado em prover condições para superar a pandemia no curto e médio prazo reforçam a impertinência da proposta parlamentar aprovada pela Câmara dos Deputados.

Na tentativa de superar as contingências impostas pela União aos entes subnacionais e, conseqüentemente, à população brasileira – muitas delas alvos da CPI instalada nesta Casa –, o Supremo Tribunal Federal deu provimento à ADPF 672, *reconhecendo e assegurando o exercício da competência concorrente dos Estados, Distrito Federal e Municípios, cada qual no exercício de suas atribuições e no âmbito de seus respectivos territórios, para a adoção ou manutenção de medidas restritivas legalmente permitidas durante a pandemia, tais como, a imposição de distanciamento/isolamento social, quarentena, suspensão de atividades de ensino, restrições de comércio, atividades culturais e à circulação de pessoas, entre outras*. E o PL 5.595/20 visa confrontar essa decisão do STF que concedeu protagonismo à autonomia federativa, cláusula pétrea da Constituição Federal, inclusive e expressamente, no que tange às atividades educacionais.

O negacionismo da doença (covid-19) e de medidas preventivas para sua contenção colocou o Brasil entre as nações com maior letalidade na pandemia. E para que a atual situação dramática não se acentue, as comunidades escolar e universitária sugerem aos senhores e senhoras senadores(as) a rejeição do PL 5.595/20, e trazer para discussão projeto voltados a implementação de políticas que garantam retorno seguro, financiamento para universalização das condições para o ensino remoto, buscando estabelecer aquilo que é essencial (e ainda omisso) nas orientações da União. O que o país precisa são de diretrizes científicas, mais investimentos e coordenação para enfrentar as condições epidemiológicas em cada território, estruturando as escolas com base nos métodos de testagem, rastreamento e isolamento social, buscando atender aos amplos requisitos sanitários que envolvem a garantia de equipamentos de proteção individual - EPIs nas escolas e nos lares da população.

O momento exige a escuta daqueles que estão na ponta dos processos de enfrentamento da pandemia, especialmente os especialistas em saúde pública e os gestores estaduais e municipais (Governadores, Prefeitos, Secretários de Educação, Saúde, Assistente Social, entre outros). Também precisam ser ouvidos os trabalhadores e as trabalhadoras em educação, estudantes e pais. Nos territórios onde as aulas presenciais retornaram têm se verificado a baixa adesão das famílias. E isso deve ser respeitado! Não se pode impor mais riscos desnecessários à população! A CPI da pandemia do coronavírus é um grave alerta contra o negacionismo dirigente de ações e de omissões do Poder Pública!

O PL 5.595/20 traz outro objetivo implícito que precisa ser desmistificado: a penalização sumária de trabalhadores/as que se opuserem às aulas presenciais sem as condições de segurança sanitária indispensáveis, no exercício de seu livre direito de organização e mobilização sindical. Trata-se de uma posição injusta, fundada numa falácia. Mesmo com mortes crescentes na categoria, em muitos lugares onde as aulas retornaram de forma presencial ou híbrida, professores e funcionários da educação têm cumprido suas obrigações, muitas vezes sem as condições previstas em protocolos sanitários e nas relações de trabalho. E é isso que precisa ser evitado! Antes de obrigar aulas presenciais é preciso garantir condições sanitárias, exames de diagnóstico sistemáticos em massa, celeridade na vacinação da população, investimento na infraestrutura física e acesso universal aos recursos tecnológicos e de conexão digital de qualidade em todas as unidades educacionais.

A educação brasileira requer mais cuidado e mais investimento!

Pela derrubada imediata do veto presidencial nº 10/2021, que possibilitará atender com mais qualidade a todos/as os/as estudantes do país durante a pandemia!

Mais vacinação para todos os brasileiros e as brasileiras, inclusive dos rincões do país!

Pela rejeição do PL 5.595/20 e por projeto de retorno seguro, como o 2949/20!

Pelo respeito à decisão do STF que conferiu ampla autonomia aos entes federados para organizarem medidas de enfrentamento à pandemia do coronavírus, inclusive de retorno às aulas presenciais!

O Senado é a Casa da Federação convocada para defender o pacto e a autonomia federativa!

Brasília, 26 de abril de 2021

Assinam a Nota Pública acima:

FNPE - FÓRUM NACIONAL POPULAR DE EDUCAÇÃO

ABDC – Associação Brasileira do Currículo

ABALF – Associação Brasileira de Alfabetização

ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

ANFOPE – Associação Nacional Pela Formação dos Profissionais da Educação

ANPAE – Associação Nacional de Política e Administração da Educação

ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

ANPG – Associação Nacional dos Pós-Graduandos.

ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais

ASSINEP – Associação dos Servidores do Inep – Anísio Teixeira.

CAMPANHA – Campanha Nacional pelo Direito à Educação

CEDES – Centro de Estudos Educação & Sociedade

CFFa – Conselho Federal de Fonoaudiologia.

CFP – Conselho Federal de Psicologia

CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

CONFETAM – Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal.

CONAM – Confederação Nacional das Associações de Moradores

CONIF – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CONTEE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino

CTB – Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil.

CUT – Central Única dos Trabalhadores

FASUBRA – Federação de Sindicatos de Trabalhadores de Universidades Brasileiras

FINEDUCA – Associação Nacional de Pesquisadores em Financiamento da Educação.

FITE – Federação Interestadual de Trabalhadores em Educação Pública.

FITRAENE/NE – Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino Privado do Nordeste.

FORPIBID – Fórum Nacional dos Coordenadores Institucionais do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

FÓRUMS DE EJA DO BRASIL – Fóruns de Educação de Jovens e Adultos do Brasil

FORUMDIR – Fórum Nacional de Diretores de Faculdades, Centro de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras

MIEIB – Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil

MNEM – Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio

MNU – Movimento Negro Unificado

MST – Movimento dos Sem Terra

PROIFES – Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico.

RED ESTRADO – Rede Latino-Americana de Estudos e Políticas sobre Trabalho Docente.

SBENBIO – Associação Brasileira de Ensino de Biologia

UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

UBM – União Brasileira de Mulheres

UNCME – União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação

UNE – União Nacional dos Estudantes

E os seguintes Fóruns Estaduais de Educação:

FÓRUM NACIONAL POPULAR DE EDUCAÇÃO – ES; FÓRUM DISTRITAL DE EDUCAÇÃO – DF; FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO – CE; FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO – GO; FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO – MA; FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO – MS; FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO – RN; FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DA PARAÍBA – PB;

FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO – RJ. FÓRUM ESTADUAL PERMANENTE DE EDUCAÇÃO – MG; FÓRUM ESTADUAL POPULAR DE EDUCAÇÃO – ES; FÓRUM ESTADUAL POPULAR DE EDUCAÇÃO – PR; FÓRUM ESTADUAL POPULAR DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA – SC.

Educação derruba PL 5595 no Senado

(*Fonte: Notícias Proifes*)

Após a pressão coordenada de 90 entidades da educação no país, com forte atuação do PROIFES, a partir da ação de seus sindicatos federados (dentre os quais a **ADUFSCar**), o Senado retirou da pauta o Projeto de Lei 5595/20, que, ao reconhecer a Educação como atividade essencial, proibia a suspensão das aulas presenciais durante a pandemia.

Além da articulação no Congresso, as entidades divulgaram manifesto (ver o Comunicado 25/2021) em que explicam os motivos pelos quais são contra a medida.

Entre os pontos polêmicos, diz a carta, “Ao definir aulas presenciais como ‘serviço essencial’, estará, na prática, criminalizando o direito à livre expressão e o direito de greve, (assegurado nos artigos 9º e 37 da Constituição Federal).

Não por acaso, quem defendeu essa proposição foram deputados e deputadas que apoiam programas que agredem e ofendem a docência, como o ‘Escola sem Partido’.

O PL 5595/2020 contém, ainda, mais impropriedades: fere a gestão democrática da educação e a autonomia universitária, princípios consagrados na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação”. Em relação a este último ponto, afirmam as entidades que “o projeto fere os princípios da autonomia universitária (art. 207 da CF/1988) e subverte o conceito de atividade essencial definido em legislações anteriores, plenamente vigentes, com destaque para as leis 7.783/89 e 13.979/20. Segundo o parágrafo único do art. 11 da Lei 7.783/89, as necessidades inadiáveis, também ditas essenciais, são aquelas que, não atendidas, coloquem em perigo a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população.” Ora, no atual contexto da pandemia, são as aulas remotas que garantem as três condições de essencialidade da supracitada lei, podendo a presencialidade de quase 60 milhões de estudantes e trabalhadores em educação nas escolas e universidades comprometer, ainda mais, as já limitadas medidas de isolamento social requeridas pelas autoridades sanitárias do Brasil e do mundo”.

O projeto ainda pode voltar à pauta. O PROIFES segue atento e atuante contra a proposta.

1. Vacinação dos profissionais do ensino superior/São Carlos: audiência marcada

A Secretária de Educação do município de São Carlos, professora Wanda Hoffmann, marcou audiência com a ADUFSCar, para debater a vacinação dos profissionais do ensino superior no nosso município, na sequência da imunização dos docentes do ensino básico, seguindo o Plano Nacional de Vacinação – conforme solicitado pelo nosso Sindicato.

O evento irá ocorrer no próximo dia 07 de maio, às 16h; o resultado da audiência será prontamente divulgado.

O governador do Estado de São Paulo direcionou a ADUFSCar para a Secretaria de Saúde (SP); estamos aguardando marcação de audiência.

Nos demais municípios – Sorocaba, Araras e Campina do Monte Alegre – estamos insistindo no agendamento de audiências virtuais.

2. Palestras, debates e eventos culturais promovidos em março e abril

2.1 Confira e assista os debates da série ‘PROIFES explica’, organizada com o apoio dos sindicatos filiados – inclusive da ADUFSCar

A série PROIFES EXPLICA, que vem sendo amplamente divulgada pela ADUFSCar, abordou temas de interesse dos professores federais. No nosso Sindicato, além da participação de diretores, contamos com o apoio de colegas associados. Caso não tenha assistido e queira assistir, **acesse a íntegra desses debates em:**

Twitter: twitter.com/proifesfederal Facebook: facebook.com/proifesfederal

YouTube: youtube.com/proifesfederacao Instagram: instagram.com/proifesfederacao

→ Data: 08 de março de 2021

Tema: **Comemoração do Dia Internacional da Mulher**

Participação: **Danitza Dianderas (ADUFSCar, UFSCar, São Carlos, SP)** e **Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (ADUFSCar, UFSCar, São Carlos, SP)**, palestrantes

→ Data: 08 de março de 2021

Tema: **PEC 186 e Reforma Administrativa (1º debate)**

Participação de: Elias Menta, Assessor Jurídico da ADUFG, UFG, GO, palestrante

→ Data: 12 de março de 2021

Tema: **PEC 186 e Reforma Administrativa (2º debate)**

Participação: **Adriana de Oliveira Delgado Silva (Diretora da ADUFSCar, UFSCar, São Carlos, SP, e do PROIFES)**, mediadora; Francis Bordas, Assessor Jurídico da ADUFRGS, UFRGS, RS; Elias Menta, Assessor Jurídico da ADUFG, UFG, GO e Vladimir Nepomuceno, Assessor Parlamentar e Consultor Sindical, palestrantes

→ Data: 21 de março de 2021

Tema: **Comemoração do Dia Internacional contra a Discriminação Racial**

Participação: Luciana Elias (ADUFG, UFG, GO), Serigne Ababacar Cisse Ba (ADUFG, UFG, GO) e Gabriela Basílio Braga (militante), palestrantes

→ **Data: 24 de março de 2021**

Tema: **Dia Nacional de Mobilização Contra o Desmonte do Estado: PEC 196, EC 95 e PEC 32**

Participação: Gilka Pimentel (Diretora da ADURN, UFRN, RN, e do PROIFES), mediadora; Wellington Duarte (Presidente da ADURN, UFRN, RN, e do PROIFES); Nilton Brandão (Diretor do SINDEDUTEC, IFPR, PR, e Presidente do PROIFES); Walber Abreu José (SINDPROIFES-PA, IFPA, PA); José Jackson do Amor Divino (Diretor do SINDIFSE, IFSE, SE, e do PROIFES); **Soeli Schreiber da Silva (ADUFSCar, UFSCar, São Carlos, SP)**; Audísio Costa (Diretor da ADUFEPE, UFEPE, PE); Marina Pelegrini (Presidente da ADAFA, AFA, Pirassununga, SP, e Diretora do PROIFES); Marcelo Silva (SINDUFMA, UFMA, MA); Emanuel Lins (Presidente da APUB, UFBA, BA, e Diretor do PROIFES); Reginaldo Soeiro (Diretor do SINDPROIFES, IFSP, SP, e Diretor do PROIFES); Lúcio Vieira, Presidente da ADUFRGS, UFRGS, RS, e Diretor do PROIFES) e Rosângela Gonçalves (Presidente do SINDEDUTEC, IFSP, PR e Diretora do PROIFES), palestrantes (foram 3 Blocos de palestras)

→ **Data: 09 de abril de 2021**

Tema: **Projeto de Lei Complementar 266**

Participação: Gilka Pimentel (Diretora da ADURN, UFRN, RN, e do PROIFES), mediadora; Flávio Alves da Silva (Presidente da ADUFG, UFG, GO, e Diretor do PROIFES); Nilton Brandão (Diretor do SINDEDUTEC, IFPR, PR, e Presidente do PROIFES); Edward Madureira (Presidente da ANDIFES, UFG, GO); Sonia Regina Fernandes (Presidente do CONIF, IFSC, SC) e Roselma Lucchese (Reitora da Universidade Federal de Catalão, Catalão, GO), palestrantes

→ **Data: 16 de abril de 2021**

Tema: **Vacina e proteção à vida**

Participação de: Raquel Nery (Diretora da APUB, UFBA, BA, e do PROIFES), mediadora; Naomar Almeida Filho (ISC/UFBA, IEA/USP, São Paulo, SP) e Oswaldo Negrão (Diretor ADURN, UFRN, RN), palestrantes

→ **Data: 23 de abril de 2021**

Tema: **Plataformas de ensino remoto e os direitos dos docentes**

Participação de: Rosângela Gonçalves (Presidente do SINDEDUTEC, IFPR, PR e do PROIFES), mediadora; de Isaura Brandão (Diretora da ADURN, UFRN, RN); Emanuel Lins (Presidente da APUB, UFBA, BA, e Diretor do PROIFES); Elias Menta (Assessor Jurídico da ADUFG, UFG, GO)

→ **Data: 30 de abril de 2021**

Tema: **Retorno às aulas presenciais**

Participação de: Gilka Pimentel (Diretora da ADURN, UFRN, RN, e do PROIFES), mediadora; Nilton Brandão (Diretor do SINDEDUTEC, IFPR, PR, e Presidente do PROIFES); **Gil Vicente Reis de Figueiredo (Diretor da ADUFSCar, UFSCar, São Carlos, SP e do PROIFES)**; Nilton Brandão (Diretor do SINDEDUTEC, IFPR, PR, e Presidente do PROIFES); Manuel Humberto Gonzaga Lima (Presidente da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação, UNCME); Getúlio Marques, Vice Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação, CONSED); e Marilda Araújo (Diretora da Confederação dos Trabalhadores da Educação, CNTE).

2.2 Eventos culturais e de lazer promovidos pela ADUFSCar

(organizados e mediados por Soeli Schreiber da Silva, ADUFSCar)

→ Data: 03 de março de 2021

Tema: **A política na arte de escrever**

Participação de: Frei Betto, entrevistado

→ Data: 10 de março de 2021

Tema: **Ficção Seriada Brasileira em tempos de pandemia COVID-19 – ‘Desalma: colonização ucraniana em santa Catarina e Rio Grande do Sul’**

Participação de: João Massarolo (professor da UFSCar, São Carlos), palestrante

→ Data: 17 de março de 2021

Tema: **Jes Condado - Acústico**

Participação de: Jes Condado, artista

→ Data: 24 de março de 2021

Tema: **Jogo virtual – As questões do dia-a-dia**

Participação de: Ricardo Ciferri (ADUFSCar)

→ Data: 30 de março de 2021

Tema: **Mesa de debate: Cultura e Arte na Pandemia – Sentidos de cultura pelo discurso digital**

Participação de: Cristiane Dias (UNICAMP), palestrante

→ Data: 07 de abril de 2021

Tema: **Ficção Seriada Brasileira em tempos de pandemia COVID-19 – ‘Filhas de Eva’**

Participação de: João Massarolo (professor da UFSCar, São Carlos), palestrante

→ Data: 14 de abril de 2021

Tema: **Apresentação musical**

Participação de: Micael Amarante, artista

→ Data: 28 de abril de 2021

Tema: **Exposição fotográfica – ‘Retratos do Confinamento’**

Participação de: Cesar Ferragi (professor da UFSCar, Sorocaba), artista

→ Todas as terças e quintas-feiras: Aulas de Yoga

1. Palestras, debates e eventos culturais: agenda para maio

(os links serão enviados no dia do evento)

→ **Data: 05 de maio de 2021, 19h30**

Tema: **Prosa e Cantoria**

Participação de: Rodrigo Zanc

→ **Data: 11 de maio de 2021, 17h30**

Tema: **Em defesa da democracia e da autonomia universitária: reitor eleito, reitor empossado**

Participação de: **Gil Vicente Reis de Figueiredo (Diretor da ADUFSCar, UFSCar, São Carlos, SP e do PROIFES)** mediador; Lúcio Vieira (Presidente da ADUFRGS-Sindical, UFRGS, RS); **Adilson Jesus de Oliveira (Reitor eleito – e não empossado – da UFSCar, São Carlos, SP)**; Rui Oppermann (Reitor eleito – e não empossado – da UFRGS, RS) e Nilton Brandão (Presidente do PROIFES, IFPR, PR), palestrantes

→ **Data: 12 de maio de 2021, 18h00** (uma iniciativa da APUB, com participação da ADUFSCar)

Tema: **Debate sobre o filme ‘Abraço’ (em que há elementos da questão de gênero na luta sindical)**

Participação de: Ana Lúcia Góes (Vice Presidenta da APUB, UFBA, BA), mediadora; **Thais Fernanda Leite Madeira (Diretora da ADUFSCar, UFSCar, São Carlos, SP)**, Ivonete Cruz (Presidenta do Síntese Sindicato, professores do ensino básico de SE) e DF Fiúza (Cineasta, Diretor do filme ‘Abraço’), palestrantes

→ **Data: 12 de maio de 2021, 19h30**

Tema: **Séries Brasileiras – ‘Caso Evandro’**

Participação de: João Massarolo (professor da UFSCar, São Carlos)

→ **Data: 18 de maio de 2021, 17h30**

Tema: Produtividade na Pandemia

Participação de: **Ana Paula Serrata Malfitano (Diretora da ADUFSCar, UFSCar, São Carlos, SP)**, mediadora; Lilian Vieira Magalhães (UFSCar, São Carlos, SP), **Thais Fernanda Leite Madeira (Diretora da ADUFSCar, UFSCar, São Carlos, SP)**, palestrantes

→ **Data: 19 de maio de 2021, 19h30**

Tema: **Pagu, uma revolucionária**

Participação de: Leda Rita Cintra Castelan, palestrante

→ **Data: 25 de maio de 2021, 17h**

Tema: **Projetos de interesse dos docentes federais no Congresso Nacional**

Participação de: **Ana Candida Martins Rodrigues (Diretora da ADUFSCar, UFSCar, São Carlos, SP)**, mediadora; Vladimir Nepomuceno (Assessor parlamentar e consultor de entidades sindicais, ex-diretor do DIEESE e do DIAP); Francisco Domingos (Assessor político do PROIFES-Federação), palestrantes

→ **Data: 26 de maio de 2021, 19h30**

Tema: **Lobisomem – entre a literatura e a biopolítica**

Participação de: Daniel Laks (professor da UFSCar, São Carlos, SP), palestrante

→ **Aulas de Yoga: todas as terças e quintas-feiras**

2. ADUFSCar: convite para participação dos Grupos de Trabalho (GTs)

A ADUFSCar, Sindicato, como publicamos neste e no ‘Comunicado’ precedente, tem desenvolvido um grande número de atividades – palestras, debates, ‘lives’, espetáculos artísticos e de lazer, etc. –, que vêm sendo promovidos pelos diversos ‘Grupos de Trabalho’ (GTs) da ADUFSCar, alguns deles de forma articulada com o PROIFES e com outros sindicatos da Federação.

Estamos falando de cerca de 50 eventos, nos meses de março, abril e maio de 2021.

Convidamos os colegas filiados à ADUFSCar, mais uma vez, para participar desses GTs, de forma que, num trabalho parceiro e integrado, possamos levar aos nossos associados um conjunto cada vez mais expressivo de atividades de interesse dos colegas, com o integral apoio da estrutura do nosso Sindicato.

Não é hora – nestes tempos difíceis – de pulverizar esforços e energias, promovendo eventos de forma paralela, uma vez que, no momento próprio, haverá espaço para a contraposição de ideias, para o pleno exercício do necessário e saudável debate democrático, quando de períodos eleitorais

Participem, pois! A ADUFSCar é de todos e aguarda as valiosas contribuições que possam vir a ser feitas pelos colegas filiados.

Informamos a seguir as datas em que irão se reunir mais uma vez os GTs, **abertos à participação de todos**, com o objetivo de planejar as atividades dos meses de junho e julho.

- ➔ 27 de maio, 5ªf, 14h, GT Saúde, sob coordenação de **Ana Paula Serrata Malfitano**
- ➔ 27 de maio, 5ªf, 18h, GT Direitos Humanos, sob coordenação de **Thais Fernanda Leite Madeira**
- ➔ 28 de maio, 6ªf, 14h, GT Ciência e Tecnologia, sob coordenação de **Ricardo Ciferri**
- ➔ 28 de maio, 6ªf, 16h, GT Educação, sob coordenação de **Roberto Giordano**
- ➔ 28 de maio, 6ªf, 18h, GT Cultura e Lazer, sob coordenação de **Soeli Schreiber Silva**
- ➔ 31 de maio, 2ªf, 14h, GT Carreira e Salários, sob coordenação de **Gil Vicente Figueiredo**
- ➔ 31 de maio, 2ªf, 16h, GT Aposentados, sob coordenação de **Matilde Alzeni dos Santos**
- ➔ 31 de maio, 2ªf, 18h, GT Qualidade de Vida no Trabalho, sob coordenação de **Adriana Silva**

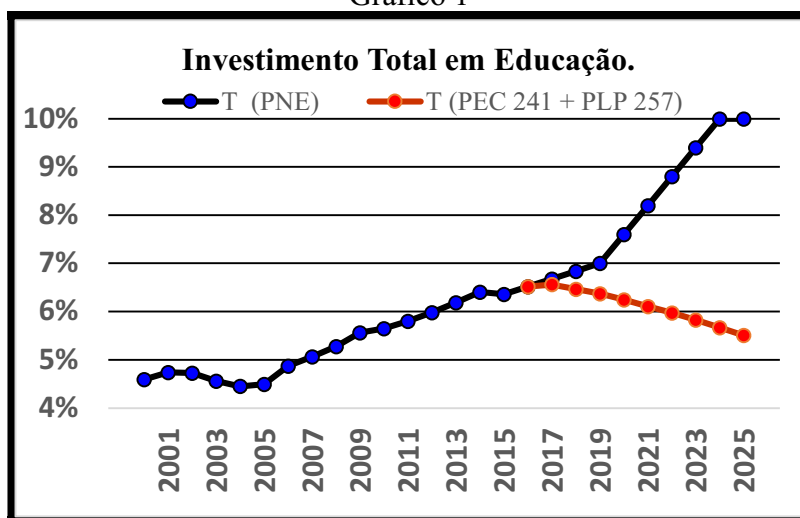
Aos colegas que tenham propostas de criação de novos GTs, pedimos que enviem suas sugestões diretamente para a Diretoria da ADUFSCar, por intermédio de mensagem a ser endereçada à Secretaria do nosso sindicato.

1. A destruição orçamentária das universidades e da pesquisa no Brasil¹

Com a aprovação, em 2016, da Emenda Constitucional 95 (EC 95), a chamada ‘Lei do Teto dos Gastos’, era possível prever com razoável precisão as consequências que dela adviriam para a educação, para a saúde e para as demais áreas sociais.

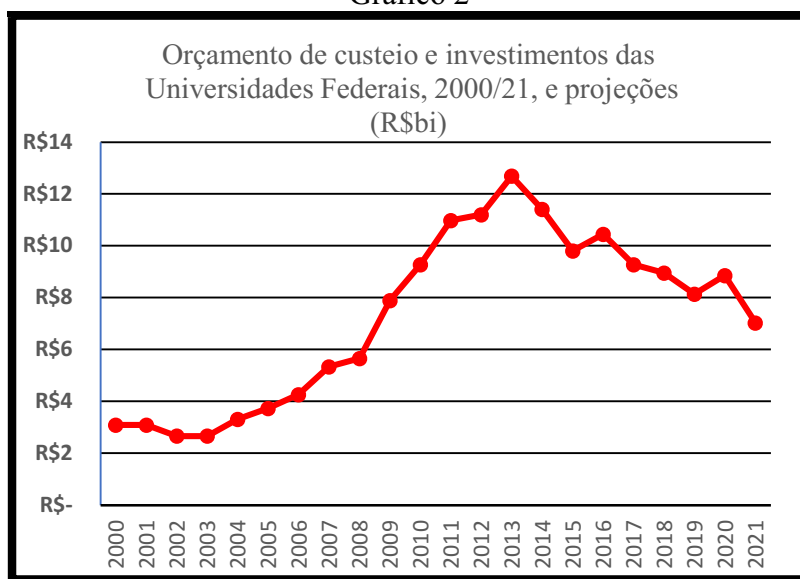
O Gráfico 1, publicado em 2016², e baseado em dados do documento “Impactos do Novo Regime Fiscal – Subsídios à análise da Proposta de Emenda Constitucional, PEC 241/2016”, da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados (“Estudo Técnico nº 12/2016”), mostrava, quase cinco anos atrás, projeções do que aconteceria com o investimento total em educação, em dois cenários: 1) se cumprido o PNE (Plano Nacional de Educação); e 2) se mantida a PEC 241 (depois transformada em EC 95), o que necessariamente resultaria na violação desse mesmo PNE.

Gráfico 1



Hoje, em 2021, pode-se comparar essas projeções com o que de fato aconteceu aos orçamentos de custeio e investimentos das Universidades Federais - confirmada, lamentavelmente, a segunda alternativa.

Gráfico 2



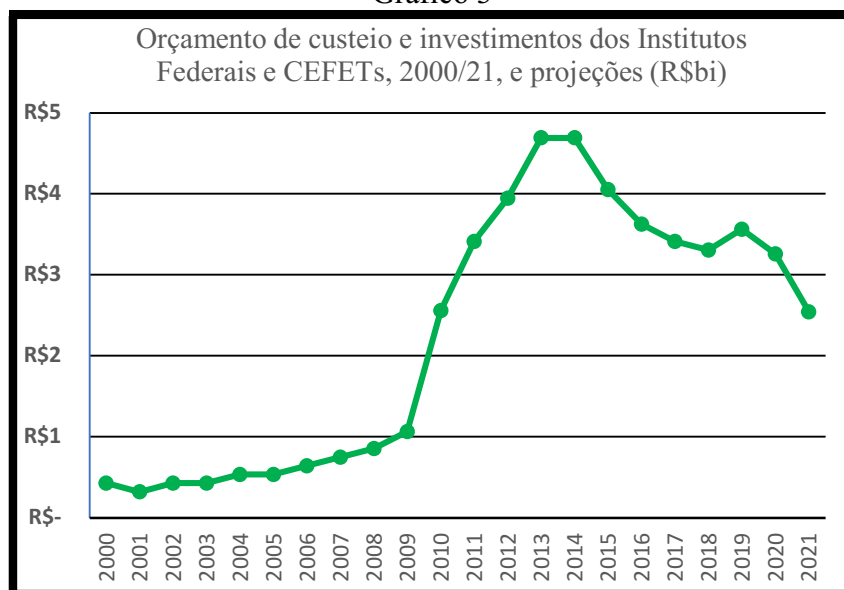
Fonte: O orçamento das universidades e institutos federais desde 2000, Caroline Souza, Gabriel Zanlorenssi e Rodolfo Almeida, disponível em [O orçamento das universidades e institutos federais desde 2000 | Nexo Jornal \(acrescidos os dados de 2020 e 2021\)](#)

¹ Artigo submetido para publicação em A terra é redonda (<https://aterraeredonda.com.br>), em 18/05/21

² Publicado em ‘PEC 241: só a unidade na luta de resistência impedirá a concretização de golpe político’, Gil Vicente Reis de Figueiredo, 05 set 2016, disponível em [pec-241-gil-vicente.pdf \(wordpress.com\)](#)

O orçamento de custeio de investimentos dos Institutos Federais seguiu o mesmo caminho:

Gráfico 3



Fonte: O orçamento das universidades e institutos federais desde 2000, Caroline Souza, Gabriel Zanlorenssi e Rodolfo Almeida, disponível em *O orçamento das universidades e institutos federais desde 2000* | Nexo Jornal (acrescidos os dados de 2020 e 2021)

Os orçamentos da CAPES, CNPq, FNDE e FNDCT, 2014-2021

Não são apenas as Universidades e os Institutos Federais que vêm sendo afetados pelas políticas em vigor. Os Gráficos 4, 5, 6 e 7 mostram impacto semelhante nos orçamentos da CAPES, do CNPq, do FNDE e do FNDCT. Com a continuidade da atual tendência, a maioria dos valores repassados a essas instituições tenderá a zero nos próximos anos.

Gráfico 4

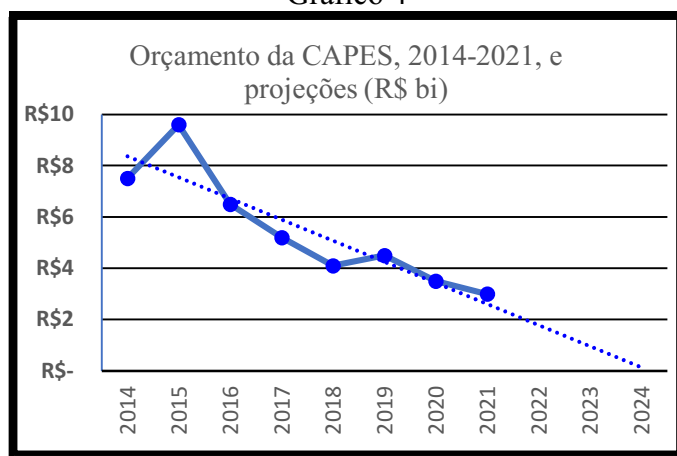


Gráfico 5

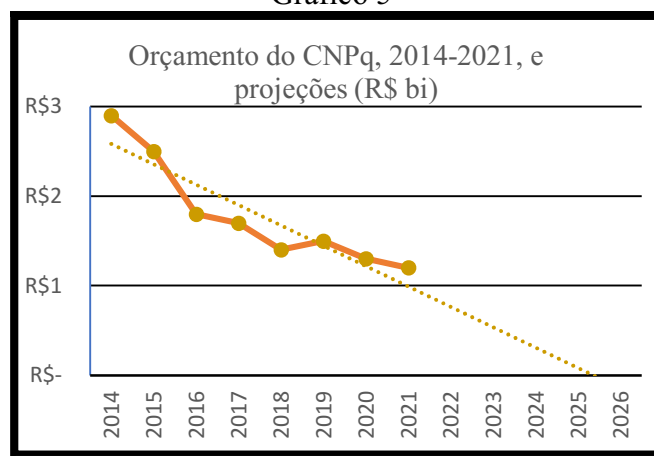


Gráfico 6

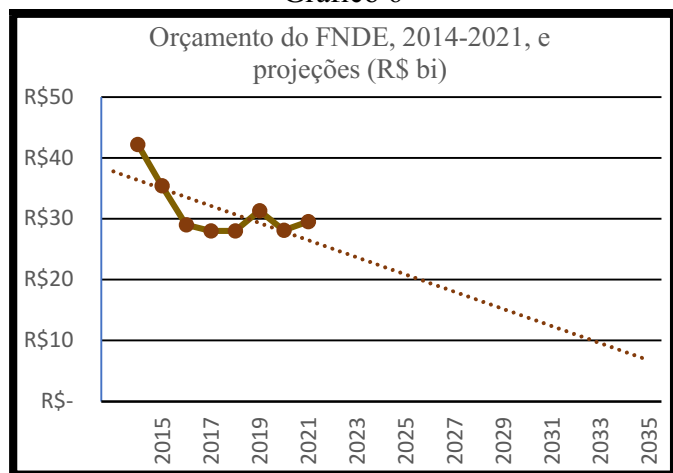
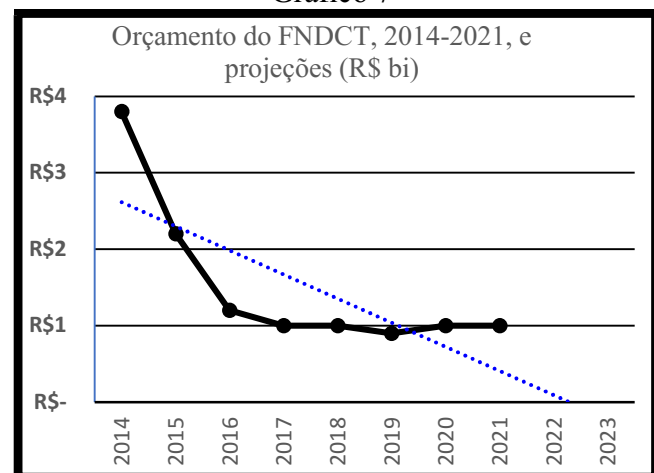


Gráfico 7



Fonte: www.camara.gov.br, valores corrigidos p/IPCA

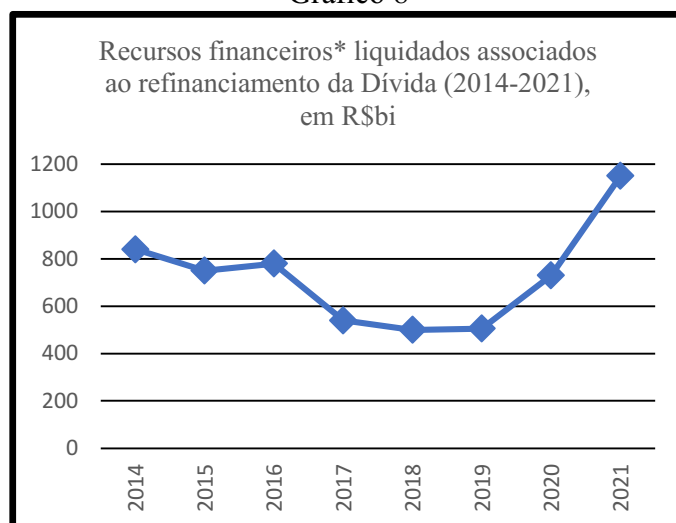
Fica assim patente que, após 2014, teve lugar, no Brasil, uma mudança diametral nos rumos do financiamento do ensino superior, da ciência e da tecnologia.

Registre-se que, nas instituições federais de ensino (IFEs), a expansão do financiamento, entre 2002 e 2014, foi acompanhada de uma elevação superior a 100% no número de alunos matriculados, que subiu de 531.634, em 2002, para 1.083.586, em 2014 – dados do INEP/MEC. Além disso, mudou o perfil desses estudantes: passaram a ser incluídos, cada vez mais, discentes oriundos das classes economicamente menos favorecidas. Entre 2014 e 2019 o número de estudantes das IFEs continuou crescendo, embora a uma taxa muito menor, de 15% (no período): foram 1.254.065, em 2019, de acordo com o INEP/MEC. Entretanto, nesses cinco anos, os repasses de custeio e investimentos para essas instituições caíram de quase R\$17bi para valores em torno de R\$11bi, descendo ainda mais em 2021, quando alcançaram cerca de R\$9bi, aproximadamente a metade do que havia sido repassado em 2014.

Na mesma direção, os orçamentos de instituições de fomento à pesquisa, como a CAPES e o CNPq, foram reduzidos, após 2014, para (cerca de) 30% dos seus valores de pico, enquanto que, no caso do FNDCT, a diminuição foi ainda pior, para (cerca de) 25%.

Simultaneamente, os gastos em recursos financeiros para refinanciamento da dívida pública brasileira subiram, entre 2014 e 2021, quase 50%, como no Gráfico 8.

Gráfico 8



* Valores corrigidos para janeiro de 2021, pelo IPCA

Nelson Cardoso Amaral, Um balanço quantitativo do grau de destruição decorrente de diversas ações governamentais, disponível em https://aterraeredonda.com.br/tag/nelson-cardoso-amaral/?doing_wp_cron=1621354997.2564320564270019531250

O passado: ‘Uma ponte para o futuro’

Essas transformações poderiam ser inteiramente antecipadas, sob a hipótese de que o futuro (hoje presente) previsto pelo documento “Uma ponte para o futuro”, escrito em 2015, viesse algum dia a se concretizar. O texto pretendia indicar a ouvidos atentos os parâmetros orientadores da política econômica a ser seguida, caso tivesse sucesso o movimento capitaneado pelo então vice-presidente Temer, tão logo encerrado o processo em que, com a ajuda de múltiplos atores, traiu ao mesmo tempo a presidenta em exercício e o programa que ambos haviam defendido.

A ‘Ponte para o futuro’, ao tratar de matérias econômicas, tinha como referência Davos (citado várias vezes), que desde 1971 defende políticas neoliberais: “*Como mostrou o relatório do Fórum Econômico Mundial, nosso ambiente de negócios não é favorável e vem deteriorando-se com o tempo. Recrear um ambiente econômico estimulante para o setor privado deve ser a orientação de uma política correta de crescimento (...) temos que viabilizar a participação mais efetiva e predominante do setor privado na construção e operação de infraestrutura, em modelos de negócio que respeitem a lógica das decisões econômicas privadas*”. A partir dessa lógica, sugere-se que, para criar um ‘ambiente econômico estimulante’ para o setor privado, “*qualquer ajuste de longo prazo deveria, em princípio, evitar aumento*

de impostos”, já que “a carga tributária brasileira é muito alta” e de sua elevação resultariam inaceitáveis impactos sobre o setor privado e, em decorrência, mais desemprego.

Daí conclui que, tendo como objetivo resolver o que chama de ‘questão fiscal’, equilibrando receitas e despesas orçamentárias da União, a solução é reduzir estas últimas, para o que indica várias alternativas.

Uma delas seria acabar com o que um jornal da grande mídia chamou de “*farra salarial do funcionalismo público*”. Segundo o “Uma ponte para o futuro”, haveria uma boa justificativa para isso: “*A indexação dos gastos públicos agrava o ajuste em caso de alta inflação. Nunca devemos perder de vista que a maioria da sociedade não tem suas rendas indexadas, dependendo sempre do nível de atividade econômica para preservar seu poder de consumo. A indexação das rendas pagas pelo Estado realiza uma injusta transferência de renda, na maioria das vezes prejudicando as camadas mais pobres da sociedade. Quando a indexação é pelo salário mínimo, como é o caso dos benefícios sociais, a distorção se torna mais grave, pois assegura a eles um aumento real, com prejuízo para todos os demais itens do orçamento público, que terão necessariamente que ceder espaço para este aumento*”. E, mais adiante: “*Outro elemento para o novo orçamento tem que ser o fim de todas as indexações, seja para salários, benefícios previdenciários e tudo o mais (...) em contrapartida a este novo regime, novas legislações procurarão exterminar de vez os resíduos de indexação*”.

Outra forma de cortar gastos, reza a cartilha, seria eliminar as vinculações constitucionais, como as que existem em relação à educação e à saúde: “*Para um novo regime fiscal, voltado para o crescimento, e não para o impasse e a estagnação, precisamos de novo regime orçamentário, com o fim de todas as vinculações (...) constitucionais estabelecidas, como no caso dos gastos com saúde e com educação*”.

Uma terceira forma de reduzir despesas seria implantar uma nova Reforma da Previdência. Sobre esse tema são tecidas as seguintes considerações: “*A verdade é que o sistema não suporta mais as regras em vigor. (...) É preciso introduzir, mesmo que progressivamente, uma idade mínima que não seja inferior a 65 anos para os homens e 60 anos para as mulheres, com previsão de nova escalada futura dependendo dos dados demográficos. Além disso, é indispensável que se elimine a indexação de qualquer benefício ao valor do salário mínimo. (...) Os benefícios previdenciários dependem das finanças públicas e não devem ter ganhos reais atrelados ao crescimento do PIB, apenas a proteção do seu poder de compra*.” O documento justifica essas propostas comparando o Brasil com “*países desenvolvidos*”, em que já foi implantada a idade mínima de 65 anos e até de 67 anos. Entretanto, nesses países, a estrutura da pirâmide etária é diferente da nossa, com mais idosos e menos jovens (e isso, obviamente, não é mencionado).

Por fim, a ‘Ponte’ informa que “*Para coroar este novo regime, vamos propor que o equilíbrio fiscal de longo prazo seja um dos princípios constitucionais que deve obrigar a Administração Pública, aprovando-se uma lei complementar de responsabilidade orçamentária em termos que tornem possível a adaptação a circunstâncias excepcionais*”.

O documento trata, a seguir, de “*Uma agenda para o desenvolvimento*”. Ainda de acordo com a ‘Ponte’, nos últimos anos o crescimento foi movido pelo “*(...) aumento do consumo das famílias, alimentado pelo crescimento da renda pessoal e pela expansão do crédito ao consumo. Esses motores esgotaram-se e um novo ciclo de crescimento deverá apoiar-se no investimento privado e nos ganhos de competitividade do setor externo, tanto do agronegócio, quanto do setor industrial*”. Em outras palavras, o desenvolvimento acompanhado da distribuição de renda e no consumo deve ser substituído por outro modelo, com novo e distinto foco.

Ao final, é apresentado um resumo das propostas, algumas das quais realçamos a seguir.

Uma delas defendia políticas que, uma vez postas em prática, afetariam em cheio as universidades e institutos federais: “*estabelecer um limite para as despesas de custeio inferior ao crescimento do PIB, através de lei, após serem eliminadas as vinculações e as indexações que engessam o orçamento*”.

Outra se refere à retomada das privatizações e ao fim do regime de partilha na exploração do pré-sal, com o retorno à política de concessões às grandes multinacionais de petróleo: “*executar uma política de desenvolvimento centrada na iniciativa privada, por meio de transferências de ativos que se fizerem necessárias, concessões amplas em todas as áreas de logística e infraestrutura, parcerias para complementar a oferta de serviços públicos e retorno a regime anterior de concessões na área de petróleo, dando-se a Petrobras o direito de preferência*”.

O balanço de tudo o que aconteceu depois de 2016 mostra dois fatos: a total descontinuidade entre as políticas públicas vigentes no período 2003-2015 e as subsequentemente adotadas no governo Temer; e a total continuidade entre essas últimas políticas e as que seguiram, até o presente momento. O ponto de inflexão foi o afastamento da presidenta Dilma que, portanto, caracteriza uma ruptura que não foi sustentada pela expressão democrática da escolha popular; cada qual pode escolher que nome deseja dar a esse processo – essa é mera questão semântica cujo conteúdo, no entanto, é cristalinamente claro.

O presente

Tudo o que estava alinhavado em 2015 aconteceu. A Reforma da Previdência retirou – a médio e longo prazo – mais de R\$1 trilhão das aposentadorias. A EC 95 estabeleceu o pano de fundo para todas as mudanças legislativas posteriores, e impôs uma redução progressiva de aportes às áreas sociais, notadamente saúde e educação. O salário mínimo teve interrompido seu crescimento real; e os demais rendimentos assalariados dos servidores públicos foram progressivamente corroídos, sem sequer recomposições que repusessem a inflação havida. Os ataques às vinculações constitucionais se repetem sucessivamente. A proposta de subjugar a administração pública a ***“uma lei complementar de responsabilidade orçamentária em termos que tornem possível à adaptação a circunstâncias excepcionais”*** está em pleno curso e execução, e encontra seguimento na Reforma Administrativa hoje em debate. O crescimento baseado no *“consumo das famílias, alimentado pelo crescimento da renda pessoal e pela expansão do crédito”*, considerado um *“motor esgotado”* (Uma ponte para o futuro), foi estancado, e, assim, milhões de brasileiros, invertendo movimento de anos anteriores, retornaram à pobreza e à miséria. Os gastos com a dívida pública brasileira dispararam, assim como o dólar, fazendo do nosso País o paraíso do rentismo, da especulação financeira e do setor exportador que não agrega valor – segmentos esses dentre os sustentáculos políticos da inflexão a que o Brasil foi submetido.

Para esse tipo de ‘crescimento’, que não prima pelo respeito à soberania nacional e nem pela defesa do desenvolvimento científico, tecnológico e social do Brasil, a produção de conhecimento e a formação de quadros profissionais de excelência não são necessários. Consequentemente, assistimos a uma trajetória de inaceitável desmonte do ensino superior público, e ao esgotamento de verbas para a CAPES, o CNPq, o FNDE e o FNDCT.

O futuro

O Brasil só terá um futuro digno se conseguirmos reverter o desastre que se abate sobre nós.

É hora de construir, democraticamente, as fundações para essa guinada fundamental, que nos reconduza à trilha da valorização dos serviços públicos essenciais, ao desenvolvimento com distribuição de renda e redução da desigualdade, ao investimento em áreas fundamentais como a saúde, a ciência, a tecnologia e a educação: não podemos permitir a continuidade do atual processo de destruição das Universidades e Institutos Federais, patrimônio histórico do povo brasileiro.

2. Universidades Federais terão corte de pelo menos R\$ 1 bilhão no orçamento

As universidades federais, e, em particular, a UFSCar, terão seu funcionamento seriamente ameaçado neste ano de 2021. De acordo com a ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), o orçamento discricionário para 2021 teve um corte de pelo menos R\$ 1 bilhão, no conjunto das 69 universidades que hoje existem no Brasil, o que corresponde a um corte de 18,16%, em relação às destinações havidas no ano passado, no que se refere a verbas discricionárias (ou seja, verbas não direcionadas a despesas obrigatórias, como pagamento de pessoal).

Serão afetados pagamentos essenciais, como os relativos a despesas com energia, água, vigilância, manutenção de infraestrutura e outras; e, também, apoio a estudantes – que é especialmente importante em momentos como o atual, sob o impacto de gravíssima crise sanitária. Ainda de acordo com a ANDIFES, a verba de assistência estudantil será reduzida em R\$ 177 milhões, atingindo mais da metade dos alunos matriculados, em particular aqueles com situação economicamente mais frágil, precisamente aqueles cujas famílias, nesta conjuntura, estão sendo mais atingidas pela pandemia.

A ADUFSCar, junto com o PROIFES e com o Fórum Nacional Popular de Educação, em articulação com as diversas ‘Frentes Parlamentares’ em defesa da IFES, continuará lutando para reverter essa situação, ciente, contudo, de que um sucesso duradouro demandará a reversão da política econômica hoje em vigor no Brasil, conforme demonstrado no artigo publicado no item 1 deste Comunicado.

Doações da ADUFSCar em apoio ao combate à pandemia e aos estudantes da UFSCar e do IFSP/São Carlos em situação de vulnerabilidade

Conforme mensagem já enviada por correio eletrônico para todos os associados, foi aprovada em ‘Consulta’, com 88,2% de votos a favor, 11,8% contrários, e 0,0% de abstenções, a proposta de “Apoiar financeiramente estabelecimentos de saúde pública (combate à COVID) e estudantes da UFSCar e IFSP/São Carlos em situação de vulnerabilidade, destinando para esse fim R\$ 120.000,00, tendo a Diretoria da ADUFSCar flexibilidade para efetuar doações complementares no valor de até 20% do total dos recursos estipulado acima, de acordo com eventuais demandas apuradas.

Desse valor:

- R\$ 30.000,00 serão destinados ao HU/São Carlos;
- R\$ 30.000,00 serão direcionados a estabelecimentos de saúde pública nos municípios onde a ADUFSCar atua (São Carlos, Araras, Sorocaba e Campina do Monte Alegre) e/ou a doações de cestas básicas para a comunidade externa vulnerável – em ambos os casos, sob a forma de equipamentos demandados, a serem entregues diretamente pela ADUFSCar;
- R\$ 60.000,00 serão alocados aos estudantes,

ficando a ADUFSCar incumbida de fazê-lo por intermédio da transferência de recursos diretamente para as contas dos estudantes, a título de bolsa alimentação, obtidas as necessárias informações por articulação junto às instâncias institucionais da UFSCar e do IFSP e às entidades estudantis, dentre outros mecanismos.”

A ADUFSCar, encaminhando essa deliberação, vem informar sobre as doações já efetuadas, sob a forma de EPJs, conforme materiais solicitados, no que diz respeito aos itens a. e b, e por intermédio de transferência de recursos para os estudantes indicados, no que se refere ao item c.

- R\$ 31.000,00** destinados ao HU, em materiais designados pela instituição.
- R\$ 3.550,00, destinados à UBS Luís Carlos Lopes, de Campina do Monte Alegre.
R\$ 14.985,00, destinados à Santa Casa de Misericórdia do Município de Sorocaba.
R\$ 10.580,00, destinados à Santa Casa de Misericórdia do Município de Araras.
Total destinado a entidades de saúde pública dos três campi acima: **R\$ 29.115,00.**
Total geral correspondente aos itens a. e b.: R\$ 60.115,00.
- R\$ 20.000,00, destinados a 85 estudantes em situação de vulnerabilidade da UFSCar e do IFSP/São Carlos, tendo sido enviados para cada um R\$ 235,30. As informações necessárias para as devidas transferências de recursos foram obtidas junto às entidades estudantis das respectivas instituições, em consonância com a proposta aprovada. Serão feitas ainda as transferências de outras duas parcelas, de forma que, ao final, serão integralizadas transferências no valor de **R\$ 60.000,00.**

As doações ao HU/São Carlos, à Santa Casa de Misericórdia de Araras e à de Sorocaba foram registradas em vídeos disponíveis, respectivamente, nos endereços: <https://youtu.be/cG-lKs27Vt0>, <https://youtu.be/7IKQhOY85gw> e https://www.youtube.com/watch?v=5qLPsCB_1es. O vídeo relativo à doação de Campina do Monte Alegre será feito na próxima segunda-feira.

1. Petição do PROIFES na ADI 6565 pede nulidade de nomeações que não recaíram sobre o(a) mais votado(a) e a indicação deste(a) para reitor(a)

Foi anexada à ADI 6565, nesta segunda-feira, 24 de maio, petição do Escritório de Advocacia Ayres Britto, em nome do PROIFES, que é *amicus curiae* nessa ação, proposta pelo Partido Verde. **Essa decisão foi apoiada pela unanimidade dos sindicatos da Federação, à qual a ADUFSCar é filiada.**

A petição começa transcrevendo uma fala do Presidente Jair Bolsonaro,

“(…) Eu não quero interferir politicamente em lugar nenhum, mas o que é comum chegar na minha mesa: lista tríplice! Daí a gente pesquisa a vida da pessoa, pessoas trazem informações, chega na nossa frente, chega, daí chega a informação: esse cara é do PSOL, esse outro é do PT, esse outro é do PCdoB. A gente não deve escolher ninguém por questão ideológica, mas a gente vê que são militantes e qualquer um que você escolhe, nesse quesito, se bem que esse não é o critério mais adequado para se excluir ou não alguém dessa lista, mas (inaudível) isso compromete!”

e termina com o seguinte ‘Pedido e Nota Final’:

“Por todo o exposto, requer-se que

- (i) se confira interpretação conforme a Constituição aos dispositivos legais submetidos à jurisdição da Suprema Corte (art. 1º da Lei 88 Consta do parágrafo 24: “When acting in the domain of public law, the appointing authority operates in the capacity of a public trustee. Just as a trustee possesses nothing of his own, so too, the appointing authority possesses nothing of its own. It must conduct itself in the manner of the trustee: acting with integrity and fairness, considering only relevant factors, acting with reasonableness, equality, and without discrimination”. O inteiro teor desse acórdão está disponível em https://versa.cardozo.yu.edu/sites/default/files/upload/opinions/Movement%20for%20Quality%20Government%20in%20Israel%20v.%20Sharon_0.pdf 89 Canotilho, Gomes. Direito constitucional e teoria da Constituição. 6. ed. Coimbra: Almedina, 2003, p. 22. 90 Ávila, Humberto. Teoria da Segurança Jurídica. São Paulo: Malheiros, 2019, p. 379.34 Federal nº 9.192/95 e art. 1º do Decreto Federal nº 1.916/96), para, mantendo o regramento atual do processo de formação das listas,*
- (ii) sejam anuladas todas as nomeações do atual Presidente da República para os postos de Reitores que não tenham recaído sobre os mais votados das listas;*
- (iii) que esses – os mais votados e preteridos - sejam imediatamente nomeados; e*
- (iv) que se nomeie, para o futuro, exclusivamente os mais votados das listas.*

Feitos os pedidos, apenas uma nota derradeira. Darcy Ribeiro, no discurso de posse de Cristovam Buarque como Reitor da UnB, disse: “Ninguém, professor ou aluno, será punido ou premiado, jamais, por sua ideologia. É o princípio do respeito recíproco, da tolerância, da liberdade docente”.

Falava do amanhã. O amanhã da autonomia universitária, da gestão democrática e da Constituição de 1988. O amanhã que pode ser consolidado pelo Supremo Tribunal Federal no precedente que nascerá com o julgamento da ADI nº 6565.”

A íntegra da petição pode ser consultada [AQUI](#).

2. Notícias sobre as reivindicações de imunização dos professores do ensino superior, em consonância com o Plano Nacional de Vacinação

Resposta de São Carlos

Realizou-se, a partir das 16h de 7 de maio de 2021, sexta-feira, reunião (virtual) entre representantes da Prefeitura de São Carlos, professora Wanda Hoffmann, Secretária de Educação, e Marcos Palermo, Secretário de Saúde, e da ADUFSCar, Sindicato, professores Amarílio Ferreira Júnior, Presidente, e Gil Vicente Reis de Figueiredo, segundo tesoureiro.

Abrindo a reunião, a ADUFSCar – agradecendo de início a disponibilidade dos secretários – expôs a demanda que motivou o pedido de audiência, solicitando o cumprimento, pela Prefeitura de São Carlos, do ‘Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a COVID-19’ (segunda edição), de 21 de janeiro de 2021. O ‘Plano’, em sua página 22, apresenta o ‘Quadro 2’, onde está listado o ‘Grupo Prioritário’ a ser vacinado. Aí figuram os ‘Trabalhadores do Ensino Superior’, logo depois dos ‘Trabalhadores da Educação do Ensino Básico’, que estão sendo vacinados, tanto no Estado de São Paulo quanto no município de São Carlos, razão pela qual o Sindicato, que representa os docentes da UFSCar e do IFSP/São Carlos, reivindica a imunização destes seja prontamente iniciada.

A Secretária de Educação, parabenizando a ADUFSCar pela iniciativa, afirmou que a Prefeitura de São Carlos é inteiramente favorável à tese do Sindicato, mas que, entretanto, há falta de vacinas. De acordo com a professora Wanda, nem o grupo de professores do ensino básico cuja vacinação está autorizada (idade superior a 47 anos, da ativa) teve sua imunização completada, exatamente por faltarem doses em quantidade suficiente. Segundo a Secretária, o município tem mantido permanente contato com o governo do Estado de São Paulo, mas o impasse permanece, apesar das assertivas do próprio Secretário de Educação do Estado de São Paulo, Rossieli Soares da Silva (ex-Ministro da Educação de Temer, por um curto período), que se diz favorável à vacinação prioritária de todos os docentes do Estado de São Paulo, seja da rede do ensino básico, seja da rede do ensino superior – cujo papel no ensino e na pesquisa e produção de conhecimento reconhece como fundamental para o desenvolvimento do Estado de São Paulo.

O Secretário de Saúde, Marcos Palermo, falando a seguir, relatou a situação caótica que vive o Município de São Carlos, com falta não apenas de vacinas, mas de insumos de toda espécie, de leitos de UTI em número capaz de enfrentar o agravamento da pandemia, bem como de materiais para o seu adequado funcionamento. Marcos ponderou que esse quadro desesperador, que acontece não só em São Carlos como no restante do Brasil, resulta da falta de organização e de planejamento para o combate à COVID-19, e citou os já bem conhecidos posicionamentos do governo central, de minimização da pandemia, de propaganda e distribuição de remédios ineficazes, da falta de envio de materiais essenciais, inclusive para o bom funcionamento de unidades de terapia intensiva, e, sobretudo, de desleixo e irresponsabilidade em providências relativas à compra de vacinas. O Secretário relatou momentos dramáticos com os quais têm sido obrigados a conviver: *“Há pessoas entubadas acordando por falta de medicamentos para manter a sedação adequada; estamos passando por uma situação terrível, e às vezes há pacientes para os quais sequer temos leitos”*. Palermo colocou-se totalmente favorável ao pleito da ADUFSCar: *“Gostaríamos de vacinar estudantes de medicina e, certamente, também os professores da UFSCar, mas faltam vacinas. E, além disso, a Dra. Gabriela, da vara de Fazenda Pública, determinou que temos que seguir o ‘Plano Vacinal do Estado de São Paulo’*, disse ele.

A ADUFSCar concordou com as críticas feitas, lamentando a gestão irresponsável e fratricida da pandemia no Brasil, da qual já resultaram centenas de milhares de óbitos, boa parte dos quais poderiam ter sido evitados. Ao mesmo tempo, o Sindicato apresentou alguns números, mostrando que o professores do ensino superior somam cerca de 1/5 de todos os docentes (ensino básico e superior), e que, além disso, parte importante desse contingente – mais de um terço – já foi vacinado, por enquadrar-se em outros grupos prioritários (idosos, profissionais da saúde, etc.). Os representantes do Sindicato argumentaram

também que em São Carlos, particularmente, os professores do ensino superior constituem um contingente significativo e relevante, capaz de reativar a economia da cidade, e que a sua vacinação iria contribuir para isso. O Sindicato solicitou o apoio dos secretários presentes no sentido de ajudarem a viabilizar uma audiência com o Secretário de Educação de São Paulo, Rossieli, e informou que irá enviar ofício solicitando cópia da mencionada determinação da Dra. Gabriela (Fazenda Pública).

O secretário Palermo se comprometeu a encaminhar para o Sindicato, em resposta ao ofício que será enviado, o documento da Dra. Gabriela e que, além disso, se propõe, em nome da transparência, a informar por escrito todas as dificuldades e percalços que vêm sendo impostos ao município, inclusive no que se refere ao recebimento insuficiente de doses de vacinas contra a COVID-19. A professora Wanda, por fim, agradeceu a presença dos representantes da ADUFSCar, reiterou que considerava o pleito apresentado inteiramente legítimo e que iria se empenhar ao máximo para encaminhar tudo o que havia sido solicitado.

Novo ofício enviado pela ADUFSCar à Secretaria de Educação de São Carlos

“À Excelentíssima Senhora Wanda Hoffmann, Secretária de Educação do Município de São Carlos,

Em primeiro lugar, agradecemos pelo acolhimento dos pleitos apresentados pela ADUFSCar, em audiência ocorrida na tarde do dia 7 de maio de 2021.

De acordo com o acertado nessa reunião, solicitamos que nos enviem, por obséquio, os seguintes documentos:

- 1) Plano Vacinal do Estado de São Paulo;*
- 2) Determinação da Fazenda Pública, no sentido de que o município de São Carlos cumpra o referido Plano Vacinal do Estado de São Paulo;*
- 3) Relato detalhado do quadro sanitário do município de São Carlos, explicitando as dificuldades relativas a leitos, insumos e, sobretudo, à escassez de doses de vacinas contra a COVID-19 – em relação a este último ponto, seria importante ter uma estimativa da perspectiva do recebimento de próximos lotes dessas vacinas, com vistas ao acolhimento do pleito feito pela ADUFSCar.*

Atenciosamente,

Amarilio Ferreira Júnior, Presidente da ADUFSCar.”

Resposta de Sorocaba

A Secretaria de Saúde de Sorocaba, em resposta ao ofício da ADUFSCar (já divulgado), enviou à nossa entidade a seguinte mensagem:

“À ADUFSCar,

Considerando a solicitação da ADUFSCar de incluir os trabalhadores em Educação do Ensino Superior no grupo prioritário no recebimento das vacinas contra a COVID-19, informo que a Vigilância em Saúde segue rigorosamente o Programa Nacional de Imunizações e Divisão Estadual de Imunização, e que neste momento os profissionais de Educação do Ensino Superior não estão incluídos nos grupos para vacinação contra COVID-19.

Sem mais,

Vinicius Rodrigues, Secretário de Saúde do Município de Sorocaba.”

Municípios de Araras, Campina do Monte Alegre e Estado de São Paulo

Não recebemos respostas dos municípios acima, e nem da Secretaria de Educação do

Estado de São Paulo.

1. A CCJ da Câmara aprova parecer favorável à PEC 32/2020. O PROIFES e as demais entidades da educação irão à luta contra a Reforma Administrativa.

O dia 25 de maio de 2021 talvez entre para a história como um marco no caminho da insensatez percorrido por nosso país. Estamos em meio a terrível pandemia, que continua a nos assolar com centenas de milhares de mortes que poderiam ter sido evitadas se o desgoverno federal não tivesse optado pela eugenia da “imunidade de rebanho por contágio”. Ainda assim, ou por isso mesmo, dá-se continuidade à destruição do Estado brasileiro, com a aprovação da PEC 32 pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.

Neste mesmo dia, a ADUFSCar promoveu a mesa redonda: "Reforma Administrativa: os impactos para os docentes do Ensino Superior", na qual Vladimir Nepomuceno, assessor parlamentar especialista no tema, detalha circunstanciadamente essa proposta de “reforma administrativa”. Ficou claro nessa apresentação como a reforma traduz a visão ultraliberal da sociedade sustentada pelo governo federal e por sua base parlamentar de apoio. Nesse sentido, sugerimos fortemente que as/os colegas acessem o canal da ADUFSCar, no link https://youtu.be/KQ_IRKgeyJA. Lá podem ser avaliadas as graves consequências para nós, docentes, de uma possível aprovação dessa emenda constitucional.

Explica-se, por exemplo, como será possível que universidades ou mesmo unidades isoladas (um centro/faculdade/instituto, ou até um departamento) sejam concedidas a empresas com fins lucrativos, com cessão do quadro já existente juntamente com as instalações. Nossa carreira passaria a estar em extinção. Poderíamos vir a trabalhar ao lado de professores horistas, ou contratados no novo regime (sem estabilidade). E, caso não fôssemos de interesse para essa empresa, poderíamos ser “devolvidas(os)” ou postas(os) em disponibilidade.

Assim, colegas, agora é a hora de aprofundarmos nossa mobilização, em um grande movimento em defesa da Universidade, dos Institutos Federais e, em última análise, do próprio Estado brasileiro. Não podemos permitir que a irresponsabilidade desse desgoverno nos converta no Chile pinochetista do século XXI. Participar dessa resistência, hoje, é dever histórico de todas e todos democratas, independentemente de coloração partidária, que não querem ver nosso país destruído. Pressionemos parlamentares, promovamos mobilizações virtuais no próximo dia 29. Nosso silêncio indiferente poderá ser a pá de cal de tudo que viemos construindo com muito esforço ao longo de nossas carreiras acadêmicas.

Vamos à luta!

2. Dia 28 de maio às 18h: mobilização do PROIFES contra a Reforma Administrativa

Na próxima sexta-feira, 28 de maio, os presidentes de todos os sindicatos federados ao PROIFES e alguns sindicatos convidados estarão presentes no Ato Político Cultural convocado contra a Reforma Administrativa.

O ato será transmitido nas redes sociais do PROIFES (facebook.com/proifesfederal e youtube.com/PROIFESFEDERACAO) e incluirá, além das participações políticas de dirigentes sindicais, a participação de alguns artistas populares. Na ocasião serão lembrados os pontos mais graves associados a uma possível aprovação da PEC 32 e será reforçada a necessidade de uma massiva participação no ato nacional chamado para o dia 29 de maio.

Confira a programação:

Ato Político Cultural contra a Reforma Administrativa do Governo Bolsonaro
PROIFES-Federação e sindicatos federados

Sexta-feira, 28 de maio de 2021. Início: 18h. Término: 19h30

BLOCO 1	Abertura: Nilton Brandão, Presidente do PROIFES Apresentação musical da cantora Edja. Fala de dirigentes de sindicatos federados (3 minutos cada) ADURN, SINDIFSE, SINDPROIFES-PA
BLOCO 2	Apresentação musical: Cida Lobo / Edinho (contrabaixo) Fala de dirigentes de sindicatos federados (3 minutos cada) ADAFa, SINDUFMA, ADUFSCar
BLOCO 3	Apresentação musical da cantora Edja Fala de dirigentes de sindicatos federados (3 minutos cada) APUB, ADUFG, ADUFRGS
BLOCO 4	Apresentação musical: Cida Lobo / Edinho (contrabaixo) Fala de dirigentes de sindicatos federados (3 minutos cada) ADUFEPE, SINDPROIFES, SINDIEDUTEC
	Apresentação musical: Cida Lobo / Edinho (contrabaixo)
ENCERRAMENTO	Encerramento: Nilton Brandão, Presidente do PROIFES

3. Manifestação nacional de 29 de maio de 2021

Vivemos uma crise sanitária que nos assola há mais de um ano e que culminou, nesta semana, na marca de 450 mil mortos na pandemia COVID-19. Temos 14 milhões de desempregados no país e inúmeros cortes nos investimentos em Ciência, Tecnologia e Inovação, Saúde e Educação. Somam-se a isso as propostas de Emendas Constitucionais que ameaçam o serviço público e aprofundam a crise sanitária e social.

Nesse cenário de completo descaso e desrespeito com a vida da população brasileira, centrais sindicais, entidades de representação estudantil e movimentos sociais realizarão atividades em todo o país, no dia 29 de maio, com o objetivo de denunciar a gestão desastrosa do Governo Federal e de mobilizar a sociedade na luta pelo afastamento do Presidente Bolsonaro, visto como única alternativa para superar essa insustentável situação.

Há setores que defendem que haja manifestações presenciais, em vez de apenas virtuais, desde que seja tomado o devido cuidado para não propagar o vírus. Consideramos, contudo, que não é momento para isso, dado o atual estágio da pandemia. Nestas circunstâncias, preferimos apostar em uma grande mobilização virtual nas redes, para o que a ADUFSCar está construindo uma agenda com o SINTUFSCar e o DCE para uma campanha digital no dia 29 de maio, com confecção de faixas, publicação de fotos, vídeos e temas do facebook, além de uma live das entidades, no dia do evento.

Sugerimos assim aos colegas que fiquem atentos às nossas redes sociais (**[colocar aqui as redes](#)**) e que venham fazer parte desse grande movimento de resistência.

Reunião dos Grupos de Trabalho da ADUFSCar

Convidamos a todos os associados da ADUFSCar, mais uma vez, a participarem dos GTs – Grupos de Trabalho (ou ‘Comitês’, se preferirem a nomenclatura) que existem na nossa entidade, contribuindo para o fortalecimento de um Sindicato mais participativo, mais democrático, mais inclusivo – como tem sido sempre o objetivo e a linha de ação desta Diretoria.

Sabemos que, neste momento, o trabalho remoto impôs a todos os colegas uma realidade exaustiva e, por isso, pode ser difícil para muitos encontrar tempo e disponibilidade para integrar-se a esses GTs. Contudo, é importante que aqueles que tenham novas propostas – concordantes ou não com as que vêm sendo implementadas pela atual direção – possam contribuir para o aperfeiçoamento do trabalho sindical coletivo que vem sendo feito, participando dos GTs e apresentando sugestões construtivas que certamente encontrarão acolhimento.

Essa unidade na ação, que relativize eventuais diferenças menores de perspectiva, é absolutamente essencial nesta difícil conjuntura, em que a gestão desastrosa do combate à pandemia levou o nosso País a uma tragédia nacional, e a implantação de uma política econômica que privilegia o grande capital financeiro e a exportação de riquezas sem agregação de valor. Tal política redundou na redução de custeios e investimentos nas áreas sociais, com gravíssimo prejuízo para as nossas Universidades e Institutos Federais, bem como para o desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia no Brasil.

Apresentamos abaixo o cronograma final das reuniões dos GTs da ADUFSCar – em alguns casos foi preciso fazer mudanças nos dias e horários divulgados em ‘Comunicado’ anterior, por uma questão de agenda dos diretores da ADUFSCar.

28/05 – Sexta-feira

16h00	GT Cultura e Lazer, sob coordenação de Soeli Schreiber Silva

31/05 – Segunda-feira

14h00	GT Carreira e Salários, sob coordenação de Gil Vicente Reis de Figueiredo
16h00	GT Saúde e QVT, sob coordenação de Adriana de Oliveira Delgado Silva
18h00	GT Aposentados, sob coordenação de Matilde Alzeni dos Santos

01/06 – Terça-feira

14h30	GT Direitos Humanos, sob coordenação de Thais Fernanda Leite Madeira
16h00	GT Ciência e Tecnologia, sob coordenação de Ricardo Ciferri

07/06 – Segunda-feira

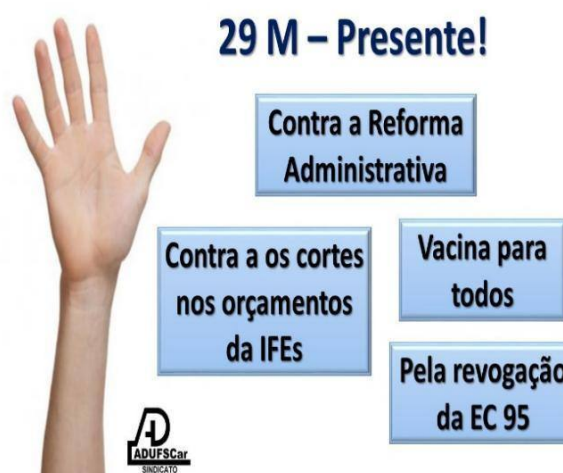
16h00	GT Educação, sob coordenação de Adriana de Oliveira Delgado Silva
-------	---

1. As manifestações de 29 de maio de 2021 foram um grande sucesso!

Movimentos sociais, centrais sindicais e forças de oposição foram às ruas no dia 29 de maio, além de atuarem fortemente nas redes sociais, de maneira remota, em manifestações que tiveram como foco a gestão do presidente Jair Bolsonaro. O comparecimento, apesar da pandemia, foi muito significativo, como pode ser visto [AQUI](#). Os atos criticaram a condução do governo federal na pandemia, exigiram a retomada do auxílio emergencial de R\$600 e a vacinação em massa da população. Os setores ligados à educação, à ciência e à tecnologia cobraram mais verbas, do contrário as Universidades e os Institutos Federais terão o seu funcionamento comprometido e até inviabilizado.

A participação de entidades do campo da educação foi total. Se fizeram presentes: FNPE, UNE, UBES, PROIFES, ANDES, SINASEFE, CNTE, CONTEE e FASUBRA, entidades de pesquisa (ANPED, ANFOPE, etc.) e muitas outras. Essa unidade, que apoiamos decididamente, será fundamental para que possamos ser vitoriosos.

Dentre os sindicatos do PROIFES – que têm autonomia política para tomar suas decisões – alguns optaram por participar de manifestações presenciais, outros de carreatas e ainda diversos outros, como a ADUFSCar, indicaram a participação remota, para evitar aglomerações, através de uma campanha digital (fotos, vídeos, posts, etc. nas mídias sociais).



Sindicatos do PROIFES: carreatas, passeatas e campanha digital (ADUFG, SindiPROIFES-PA e ADUFSCar)

Em Recife, lamentavelmente, a polícia usou de violência para conter os manifestantes, tendo a PM utilizado balas de borracha, gás lacrimogêneo e, inclusive, atacado de forma inesperada a vereadora do PT Liana Cirne, contra a qual foi lançado spray de pimenta de dentro de um carro da polícia – confira [AQUI](#). Tanto o

governador como a vice-governadora de Pernambuco vieram a público expressar seu repúdio às medidas de repressão utilizadas, comprometendo-se a apurar de pronto as responsabilidades pelo acontecido.



Sindicatos do PROIFES: passeatas e campanha digital (SindiPROIFES-PA e ADUFSCar)

Todas as entidades da educação – dentre elas o PROIFES –, bem como as representativas de outros setores do serviço público, estarão sendo reunidas com as diversas frentes parlamentares existentes (de apoio à Educação, à Saúde, às Universidades Federais, aos Institutos Federais e muitas outras), no sentido de barrar a Reforma Administrativa já aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), no sentido de impedir que a proposta do governo atinja os 308 votos necessários. Nesta próxima semana serão utilizados também outros mecanismos digitais, como ‘tuitaços’, envio de e-mails para os parlamentares e outros. A ADUFSCar estará atenta e engajada nesses movimentos e irá informar os colegas associados sobre as possíveis formas de participação.

2. Reuniões dos Grupos de Trabalho do PROIFES: lembrete

Relembramos aos associados as reuniões dos GTs da ADUFSCar de hoje, 31 de maio, abertas a todos os associados, para que possamos contar com a participação dos colegas na condução das respectivas temáticas:

31/05 – Segunda-feira

14h00
16h00

GT Carreira e Salários, sob coordenação de Gil Vicente Reis de Figueiredo
GT Saúde e QVT, sob coordenação de Adriana de Oliveira Delgado Silva

1. A ADUFSCar se solidariza com a ADUFG e endossa a indignação dessa entidade diante da prisão de professor que se recusou a tirar faixa de protesto do seu carro

A Diretoria ADUFSCar se solidariza e endossa a manifestação da Diretoria da ADUFG – entidade também filiada ao PROIFES-Federação – contra a prisão do professor Arquidones, cujo ‘delito’ foi o de não concordar em retirar de seu próprio carro uma faixa de protesto aí fixada. Trata-se de uma inadmissível violação da Constituição Federal, em tudo semelhante às práticas repressivas da época da ditadura militar.

Leia a seguir a íntegra do documento publicado pela ADUFG:

“A Diretoria do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato) repudia, de forma veemente, a ação da Polícia Militar que resultou na prisão do professor Arquidones Bites, que se recusou a retirar uma bandeira que estava fixada em seu carro particular com os dizeres “Fora Bolsonaro Genocida”. Trata-se de uma clara demonstração de censura e violência com o objetivo de defender governantes que agem contra o povo.

Garantida pela Constituição Federal, a liberdade de expressão não pode ser violada. Além disso, é preciso entender que não se pode enquadrar como crime o direito de qualquer cidadão de criticar ou manifestar sua indignação contra qualquer governo.

A prisão demonstra claramente que os policiais responsáveis agiram em razão das próprias convicções políticas, demonstrando abuso de autoridade. A indignação de Arquidones com o atual governo converge com o sentimento de milhões de brasileiros e brasileiras. Tanto que, no último sábado, foram registradas manifestações contra o presidente Jair Bolsonaro por todo o País.

Desde o início da pandemia, Bolsonaro trata a doença com descaso, minimiza os efeitos da Covid-19 e desrespeita a dor daqueles que perderam familiares e amigos para a doença. Bolsonaro teve a oportunidade de comprar 70 milhões de doses de vacinas contra o vírus em agosto do ano passado, mas, mesmo com o Brasil prostrado diante da pandemia, só assinou contrato há cerca de dois meses. Mais de 460 mil pessoas já morreram vítimas da doença no País.

Vale ressaltar, ainda, que Jair Bolsonaro considera a pandemia superdimensionada, desrespeita medidas de prevenção à doença e promove aglomerações de forma constante. É inaceitável que um presidente continue se comportando como uma espécie de emissário da morte. Por fim, a diretoria do ADUFG-Sindicato manifesta sua solidariedade ao professor Arquidones, grande defensor dos direitos humanos e dos trabalhadores do campo e da cidade.

Goiânia, 1º de junho de 2021. Diretoria da ADUFG.”

2. A ADUFSCar repudia postagem em que vereador ataca os docentes da UFSCar.

A Diretoria da ADUFSCar expressa seu veemente repúdio pela mensagem publicada em redes sociais pelo vereador Moisés Lazarine (PSL), em que desqualifica e insulta os docentes da UFSCar:

"Os homens da ciência, os defensores da ciência, são um bando de incompetentes, incapazes de desenvolver uma vacina. Mas depois querem culpar o atual presidente da república",

disse o vereador em vídeo gravado em frente à UFSCar.

Em referência a uma faixa que aí estava e que dizia *"Luto pela vida, UFSCar pelas vacinas"*, afirmou Moisés:

"Não sei por qual vacina a UFSCar lutou até agora. Um ano e meio de pandemia e essa universidade não foi capaz de desenvolver a vacina (...) cadê a vacina, UFSCar?"

Segundo Lazarine os manifestantes que estavam no ato do dia 29 de maio, contra o presidente Jair Bolsonaro, são

"estudantes que não estudam, professores que não dão aula; tinha vários professores aqui da UFSCar, que eu tenho fotos e vídeos, porque eu estive lá no meio dessa manifestação (...) para formar militante político, fazer politicagem contra o governo, vocês são 'experts', são especialistas, mas cadê a vacina no braço da população, UFSCar? (...) vocês não sabem fazer ciência? Não são cheios de cientistas? O Brasil até agora não foi capaz de produzir uma vacina, sabe por quê? Porque nossas universidades estão preocupadas em formar militantes políticos, através dos seus professores comunistas, que não são capazes de dar aula, são capazes, sim, de fazer politicagem".

É lamentável constatar a desinformação e a grosseria do vereador, que desconhece as inúmeras pesquisas que vêm sendo feitas por esta e por tantas outras Universidades e Institutos Federais brasileiras, muitas delas direcionadas ao enfrentamento da pandemia em curso.

Vale lembrar que, na UFSCar, dezenas de docentes têm conduzido as mais diversas investigações visando combater o novo coronavírus. Pesquisadores que integram a direção da ADUFSCar, inclusive, vêm prestando consultoria gratuita e permanente à Secretaria de Saúde do nosso município, em reuniões em que, por intermédio da análise gráfica de dados, ajudam a definir projeções, com o objetivo de gerar protocolos sanitários adequados e antecipar providências relativas à COVID-19.

Além disso, a ADUFSCar vem doando 'Equipamentos de Proteção Individual' (EPIs) ao Hospital Universitário de São Carlos, por decisão coletiva e amplamente majoritária de seus docentes (conforme aprovada em 'Consulta' realizada).

Diante dos descabidos e mentirosos insultos proferidos pelo vereador, com o claro intuito de difamar os associados do nosso Sindicato e a própria UFSCar, a diretoria da ADUFSCar já entrou em contato com sua assessoria jurídica, para que sejam analisadas as medidas cabíveis no caso.

Mobilização Nacional em 18 e 19 de junho

No próximo sábado 19 de junho, sindicatos de diversas categorias e movimentos sociais farão nova mobilização contra a atuação desastrosa do Governo Federal diante da atual crise sanitária, econômica e política. A ADUFSCar sindicato se juntará às manifestações virtuais, na luta contra a Reforma Administrativa e também em defesa do Orçamento das Universidades e Institutos Federais, da Vacina para todos, dos direitos dos servidores e por serviços públicos de qualidade à população.

Na véspera, 18 de junho, várias centrais sindicais realizarão, em âmbito nacional, mobilizações nos locais de trabalho e terminais de transporte público (em preparação aos atos do dia 19), junto aos trabalhadores que não estão em regime remoto.

A ADUFSCar realizará no dia 19 várias ações de apoio à mobilização nas redes sociais. Além disso, já estão sendo instalados outdoors e faixas nas cidades onde estão os campi da UFSCar e do IFSP, com o objetivo de conscientizar a população sobre a gravidade do ataque que a Reforma Administrativa representa.

Também serão veiculadas, no sábado, na Rádio Universitária em São Carlos chamadas sobre o mote da mobilização. Ainda buscamos viabilizar a veiculação das chamadas nas rádios dos demais municípios onde há campus da UFSCar.

Texto da chamada (30''): *A ADUFSCar sindicato docente, junta-se a milhares de pessoas no Brasil, em defesa da Saúde e da Vida. Exigimos do governo: Vacina para todos, Auxílio emergencial de R\$600,00 e apoio ao micro e pequeno empresário. E alertamos você, cidadão, sobre os riscos da Reforma Administrativa, que ataca o serviço público e representa menos vagas na educação pública e gratuita, além de piora nos serviços de saúde e de atendimento à população.*

Outdoors já instalados em São Carlos.



Campanha de Mobilização Digital contra a Reforma Administrativa



Cara colega, caro colega,

A ADUFSCar, Sindicato, está sugerindo a todos os seus filiados que se empenhem em **mobilização digital** maciça contra a proposta de Reforma Administrativa do Governo Federal (PEC-32/20) que, se aprovada, irá sucatear os serviços públicos oferecidos à população e causar grande prejuízo aos servidores – **não só os futuros servidores, mas também os atuais!**

Caso a PEC venha a vigorar, abrirá caminho para o aparelhamento dos órgãos públicos e para a destruição do Estado em áreas fundamentais, como saúde, educação e segurança pública.

A avaliação, no momento, é que há um perigo real de que a Reforma Administrativa seja de fato apreciada, já que o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, que é aliado do governo, afirmou que espera votar a proposta em Plenário até o final de agosto.

Para participar da mobilização digital que estamos propondo é preciso enviar e-mails para todos os deputados federais, pedindo para que atuem contra a proposta na Câmara dos Deputados.

Contudo, o envio de um email para mais de 500 endereços, de uma só vez, provavelmente retornará com um aviso de que o usuário tentou enviar um número excessivo de mensagens. Por essa razão, você encontrará adiante 7 blocos, com um pouco mais de 70 endereços cada um. Se você enviar 7 mensagens, uma para cada um dos blocos de deputados abaixo, as mensagens não serão bloqueadas. Uma ou outra talvez retorne, porque a caixa de mensagens de alguns deputados pode estar cheia, mas a imensa maioria receberá o seu email. Esse é um método de pressão que dá um pouco de trabalho, mas funciona; e, em meio à pandemia, é uma iniciativa possível.

Não apenas a ADUFSCar, mas todos os sindicatos do PROIFES estão participando dessa campanha, de forma que, se a maioria dos colegas aderir, dezenas de milhares de e-mails serão enviados.

Participe!

Sugestão de Assunto:

A Reforma Administrativa irá prejudicar os serviços públicos oferecidos à população

Sugestão de mensagem a ser enviada:

A Reforma Administrativa irá prejudicar os serviços públicos oferecidos à população em áreas como saúde, segurança pública e educação, além de atacar os servidores públicos. Contamos com a sua atuação contra esse enorme retrocesso.

Bloco 1

dep.abiliosantana@camara.leg.br, dep.abouanni@camara.leg.br, dep.acaciofavacho@camara.leg.br, dep.adolfoviana@camara.leg.br, dep.adrianaventura@camara.leg.br, dep.adrianodobaldy@camara.leg.br, dep.aecioneves@camara.leg.br, dep.aeltonfreitas@camara.leg.br, dep.afonsoflorence@camara.leg.br, dep.afonsohamm@camara.leg.br, dep.afonsomotta@camara.leg.br, dep.aguinaldoribeiro@camara.leg.br, dep.airtonfaleiro@camara.leg.br, dep.ajalbuquerque@camara.leg.br, dep.alanrick@camara.leg.br, dep.alceumoreira@camara.leg.br, dep.alcidesrodrigues@camara.leg.br, dep.alesilva@camara.leg.br, dep.alencarsantanabraga@camara.leg.br, dep.alessandromolon@camara.leg.br, dep.alexmanente@camara.leg.br, dep.alexasantana@camara.leg.br, dep.alexandrefrota@camara.leg.br, dep.alexandreleite@camara.leg.br, dep.alexandrepadilha@camara.leg.br, dep.alexisfonteyne@camara.leg.br, dep.aliceportugal@camara.leg.br, dep.alielmachado@camara.leg.br, dep.alinegurgel@camara.leg.br, dep.alinesleutjes@camara.leg.br, dep.altineucortes@camara.leg.br, dep.aluisiomendes@camara.leg.br, dep.amaroneto@camara.leg.br, dep.andreabdon@camara.leg.br, dep.andrepaula@camara.leg.br, dep.andreferreira@camara.leg.br, dep.andrefigueiredo@camara.leg.br, dep.andrefufuca@camara.leg.br, dep.andrejanones@camara.leg.br, dep.angelaamin@camara.leg.br, dep.anibalgomes@camara.leg.br, dep.antonio Brito@camara.leg.br, dep.arlindochinaglia@camara.leg.br, dep.arnaldojardim@camara.leg.br, dep.aroldomartins@camara.leg.br, dep.arthurlira@camara.leg.br, dep.arthurooliveiramaia@camara.leg.br, dep.atilalins@camara.leg.br, dep.atilalira@camara.leg.br, dep.augustocoutinho@camara.leg.br, dep.aureacarolina@camara.leg.br, dep.aureoribeiro@camara.leg.br, dep.bacelar@camara.leg.br, dep.baleiarossi@camara.leg.br, dep.beneditadasilva@camara.leg.br, dep.benesleocadio@camara.leg.br, dep.betofaro@camara.leg.br, dep.betopereira@camara.leg.br, dep.betorosado@camara.leg.br, dep.biacavassa@camara.leg.br, dep.biakicis@camara.leg.br, dep.bibonunes@camara.leg.br, dep.bilacpinto@camara.leg.br, dep.biradopindare@camara.leg.br, dep.bocaaberta@camara.leg.br, dep.bohngass@camara.leg.br, dep.boscocosta@camara.leg.br, dep.boscossaraiva@camara.leg.br, dep.bozzella@camara.leg.br, dep.brunafurlan@camara.leg.br, dep.cacaleao@camara.leg.br, dep.camilocapiberibe@camara.leg.br, dep.capitaoalbertoneto@camara.leg.br

Bloco 2

dep.capitaoaugusto@camara.leg.br, dep.capitaofabioabreu@camara.leg.br, dep.capitao Wagner@camara.leg.br, dep.carladickson@camara.leg.br, dep.carlazambelli@camara.leg.br, dep.carlosbezerra@camara.leg.br, dep.carloschiodini@camara.leg.br, dep.carlosgomes@camara.leg.br, dep.carloshenriquegaguim@camara.leg.br, dep.carlosjordy@camara.leg.br, dep.carlossampaio@camara.leg.br, dep.carlosveras@camara.leg.br, dep.carloszarattini@camara.leg.br, dep.carmenzanotto@camara.leg.br, dep.carolinedetoni@camara.leg.br, dep.cassioandrade@camara.leg.br, dep.celinaleao@camara.leg.br, dep.celiomoura@camara.leg.br, dep.celiosilveira@camara.leg.br, dep.celiostudart@camara.leg.br, dep.celsomaldaner@camara.leg.br, dep.celsorussomanno@camara.leg.br, dep.celsosabino@camara.leg.br, dep.cezinhademadureira@camara.leg.br, dep.charlesfernandes@camara.leg.br, dep.charllesevangelista@camara.leg.br, dep.chicodangelo@camara.leg.br, dep.chiquinhobrazao@camara.leg.br, dep.christonietto@camara.leg.br, dep.christianedesouzayared@camara.leg.br, dep.christinoauero@camara.leg.br, dep.clarissagarotinho@camara.leg.br, dep.claudiocajado@camara.leg.br, dep.cleberverde@camara.leg.br, dep.coronelarmando@camara.leg.br, dep.coronelchrisostomo@camara.leg.br, dep.coroneltadeu@camara.leg.br, dep.cristianoale@camara.leg.br, dep.davitoria@camara.leg.br, dep.dagobertonogueira@camara.leg.br, dep.damiaofeliciano@camara.leg.br, dep.danielalmeida@camara.leg.br, dep.danielcoelho@camara.leg.br, dep.danielfreitas@camara.leg.br, dep.danielsilveira@camara.leg.br, dep.danieltrzeciak@camara.leg.br, dep.danieladowaguinho@camara.leg.br, dep.danilocabral@camara.leg.br, dep.daniloforte@camara.leg.br, dep.danleidedeushinterholz@camara.leg.br, dep.darcidematos@camara.leg.br, dep.davidmiranda@camara.leg.br, dep.davidsoares@camara.leg.br, dep.delegadoantoniofurtado@camara.leg.br, dep.delegadoedermouro@camara.leg.br, dep.delegadomarclofreitas@camara.leg.br, dep.delegadopablo@camara.leg.br, dep.delegadowaldir@camara.leg.br, dep.denisbezerra@camara.leg.br, dep.diegoandrade@camara.leg.br, dep.diegogarcia@camara.leg.br, dep.dimasfabiano@camara.leg.br, dep.domingosneto@camara.leg.br, dep.domingossavio@camara.leg.br, dep.dr.frederico@camara.leg.br, dep.dr.goncalo@camara.leg.br, dep.dr.jaziel@camara.leg.br, dep.dr.leonardo@camara.leg.br

Bloco 3

dep.dr.luzantonioteixeirajr@camara.leg.br, dep.dr.luzovando@camara.leg.br,

dep.dr.zachariasalil@camara.leg.br, dep.dra.sorayamanato@camara.leg.br, dep.dra.vandamilani@camara.leg.br, dep.dulcemiranda@camara.leg.br, dep.edilaziojunior@camara.leg.br, dep.edioloopes@camara.leg.br, dep.ednahrenrique@camara.leg.br, dep.eduardobarbosa@camara.leg.br, dep.eduardobismarck@camara.leg.br, dep.eduardobolsonaro@camara.leg.br, dep.eduardocosta@camara.leg.br, dep.eduardocury@camara.leg.br, dep.eduardodafonte@camara.leg.br, dep.efraimfilho@camara.leg.br, dep.elcionebarbalho@camara.leg.br, dep.eliborges@camara.leg.br, dep.elicorreafilho@camara.leg.br, dep.eliasvaz@camara.leg.br, dep.elmarnascimento@camara.leg.br, dep.emanuelpinheironeto@camara.leg.br, dep.emidinhomadeira@camara.leg.br, dep.enioverri@camara.leg.br, dep.enricomisasi@camara.leg.br, dep.erikakokay@camara.leg.br, dep.erosbiondini@camara.leg.br, dep.euclydespettersen@camara.leg.br, dep.evairvieirademelo@camara.leg.br, dep.exeditonetto@camara.leg.br, dep.fabiohenrique@camara.leg.br, dep.fabiomitidieri@camara.leg.br, dep.fabioramalho@camara.leg.br, dep.fabioreis@camara.leg.br, dep.fabioschiochet@camara.leg.br, dep.fabiotrad@camara.leg.br, dep.faustopinato@camara.leg.br, dep.feliciolaterca@camara.leg.br, dep.felipecarreras@camara.leg.br, dep.felipefrancischini@camara.leg.br, dep.feliperigoni@camara.leg.br, dep.felixmendoncajunior@camara.leg.br, dep.fernandamelchionna@camara.leg.br, dep.fernandocoelho@camara.leg.br, dep.fernandomonteiro@camara.leg.br, dep.fernandorodolfo@camara.leg.br, dep.filipebarros@camara.leg.br, dep.flaviaarruda@camara.leg.br, dep.flaviamorais@camara.leg.br, dep.flavianomelo@camara.leg.br, dep.flavionogueira@camara.leg.br, dep.flordelis@camara.leg.br, dep.franciscojr@camara.leg.br, dep.francoartafina@camara.leg.br, dep.fredcosta@camara.leg.br, dep.freianastacioribeiro@camara.leg.br, dep.gastaovieira@camara.leg.br, dep.gelsonazevedo@camara.leg.br, dep.geneciasnoronha@camara.leg.br, dep.generalgirao@camara.leg.br, dep.generalpeterelli@camara.leg.br, dep.geninhozuliani@camara.leg.br, dep.geovaniadesa@camara.leg.br, dep.gervasiomaia@camara.leg.br, dep.giacobo@camara.leg.br, dep.gilcutrim@camara.leg.br, dep.gilbertoabramo@camara.leg.br, dep.gilbertonascimento@camara.leg.br, dep.gilsonmarques@camara.leg.br, dep.giovanicherini@camara.leg.br, dep.giovanifeltes@camara.leg.br, dep.glauberbraga@camara.leg.br, dep.glaustindafokus@camara.leg.br, dep.gleisihoffmann@camara.leg.br, dep.gonzagapatriota@camara.leg.br, dep.goretepereira@camara.leg.br, dep.greyceelias@camara.leg.br,

Bloco 4

dep.guigapeixoto@camara.leg.br, dep.guilhermederrite@camara.leg.br, dep.guilhermemussi@camara.leg.br, dep.gurgel@camara.leg.br, dep.gustavofruet@camara.leg.br, dep.gustinhoribeiro@camara.leg.br, dep.gutembergreis@camara.leg.br, dep.haroldocathedral@camara.leg.br, dep.heitorfreire@camara.leg.br, dep.heitorschuch@camara.leg.br, dep.heldersalomao@camara.leg.br, dep.heliocosta@camara.leg.br, dep.helioteite@camara.leg.br, dep.helioloopes@camara.leg.br, dep.henriquefontana@camara.leg.br, dep.herciliocoelhodiniz@camara.leg.br, dep.herculanopassos@camara.leg.br, dep.hermesparcianello@camara.leg.br, dep.hildorochoa@camara.leg.br, dep.hirangoncalves@camara.leg.br, dep.hugoleal@camara.leg.br, dep.hugomotta@camara.leg.br, dep.idilvanalencar@camara.leg.br, dep.igorkannario@camara.leg.br, dep.igortimo@camara.leg.br, dep.iracemaportella@camara.leg.br, dep.isnaldobulhoesjr@camara.leg.br, dep.ivanvalente@camara.leg.br, dep.jandirafeghali@camara.leg.br, dep.jaquelinecassol@camara.leg.br, dep.jeffersoncampos@camara.leg.br, dep.jeronimogoergen@camara.leg.br, dep.jessicasales@camara.leg.br, dep.jesussergio@camara.leg.br, dep.jhonatandesus@camara.leg.br, dep.joaocampos@camara.leg.br, dep.joaocarlosbacelar@camara.leg.br, dep.joaodaniel@camara.leg.br, dep.joaomaia@camara.leg.br, dep.joaomarcosouza@camara.leg.br, dep.joaquimpassarinho@camara.leg.br, dep.joeniawapichana@camara.leg.br, dep.joicehasselmann@camara.leg.br, dep.jorgebraz@camara.leg.br, dep.jorgesolla@camara.leg.br, dep.joseairtonfelixcirilo@camara.leg.br, dep.joseguimaraes@camara.leg.br, dep.josemarioschreiner@camara.leg.br, dep.josemedeiros@camara.leg.br, dep.josenelto@camara.leg.br, dep.josenunes@camara.leg.br, dep.josepriante@camara.leg.br, dep.joserico@camara.leg.br, dep.joserocha@camara.leg.br, dep.joseildoramos@camara.leg.br, dep.josimarmaranhaozinho@camara.leg.br, dep.josivaldojp@camara.leg.br, dep.juarezcosta@camara.leg.br, dep.julianlemos@camara.leg.br, dep.juliocesar@camara.leg.br, dep.juliocesarribeiro@camara.leg.br, dep.juliodelgado@camara.leg.br, dep.juninhodopneu@camara.leg.br, dep.junioamaral@camara.leg.br, dep.juniorferrari@camara.leg.br, dep.juniorlourengo@camara.leg.br, dep.juniormano@camara.leg.br, dep.juscelinofilho@camara.leg.br, dep.kimkatagui@camara.leg.br, dep.laerciooliveira@camara.leg.br, dep.lafayettedeandrade@camara.leg.br, dep.lauriete@camara.leg.br, dep.leandre@camara.leg.br, dep.ledasadala@camara.leg.br,

Bloco 5

dep.leodebrito@camara.leg.br, dep.leomoraes@camara.leg.br, dep.leomotta@camara.leg.br, dep.leonardomonteiro@camara.leg.br, dep.leonidas cristino@camara.leg.br, dep.leurlomantojunior@camara.leg.br,

dep.lidicedamata@camara.leg.br, dep.lincolnportela@camara.leg.br, dep.lizianebayer@camara.leg.br, dep.loestertrutis@camara.leg.br, dep.lourivalgomes@camara.leg.br, dep.lucasgonzalez@camara.leg.br, dep.lucasredecker@camara.leg.br, dep.lucasvergilio@camara.leg.br, dep.lucianobivar@camara.leg.br, dep.lucianoducci@camara.leg.br, dep.luciomosquini@camara.leg.br, dep.luismiranda@camara.leg.br, dep.luistibe@camara.leg.br, dep.luisacanziani@camara.leg.br, dep.luizantoniorcorrea@camara.leg.br, dep.luizcarlos@camara.leg.br, dep.luizcarlosmotta@camara.leg.br, dep.luizlima@camara.leg.br, dep.luiznishimori@camara.leg.br, dep.luizphilippedeorleansebraganca@camara.leg.br, dep.luizaerundina@camara.leg.br, dep.luizaogoulart@camara.leg.br, dep.magdamofatto@camara.leg.br, dep.majorfabiana@camara.leg.br, dep.mararochoa@camara.leg.br, dep.marcelvanhattem@camara.leg.br, dep.marceloalvaroantonio@camara.leg.br, dep.marceloaro@camara.leg.br, dep.marcelobrum@camara.leg.br, dep.marcelofreixo@camara.leg.br, dep.marcelomoraes@camara.leg.br, dep.marcelonilo@camara.leg.br, dep.marceloramos@camara.leg.br, dep.marcioalvino@camara.leg.br, dep.marciobiolchi@camara.leg.br, dep.marciolabre@camara.leg.br, dep.marciomarinho@camara.leg.br, dep.marcobertaiolli@camara.leg.br, dep.marcon@camara.leg.br, dep.marcosaureliosampaio@camara.leg.br, dep.marcospereira@camara.leg.br, dep.marcossoares@camara.leg.br, dep.margaretecoelho@camara.leg.br, dep.mariadorosario@camara.leg.br, dep.mariarosas@camara.leg.br, dep.marianacarvalho@camara.leg.br, dep.mariliaarraes@camara.leg.br, dep.marinasantos@camara.leg.br, dep.marioheringer@camara.leg.br, dep.marionegromontejr@camara.leg.br, dep.marlonsantos@camara.leg.br, dep.marrefafilho@camara.leg.br, dep.marxbeltrao@camara.leg.br, dep.mauriciodziedricki@camara.leg.br, dep.maurolopes@camara.leg.br, dep.mauronazif@camara.leg.br, dep.merlongsolano@camara.leg.br, dep.miguellombardi@camara.leg.br, dep.miltoncoelho@camara.leg.br, dep.miltonvieira@camara.leg.br, dep.misaelvarella@camara.leg.br, dep.mosesrodrigues@camara.leg.br, dep.nataliabonavides@camara.leg.br, dep.nelsonbarbudo@camara.leg.br, dep.nereucrispim@camara.leg.br, dep.nerigeller@camara.leg.br, dep.neucimarfraga@camara.leg.br, dep.newtoncardosojr@camara.leg.br,

Bloco 6

dep.nicoletti@camara.leg.br, dep.nilsonpinto@camara.leg.br, dep.niltotatto@camara.leg.br, dep.nivaldoalbuquerque@camara.leg.br, dep.normaayub@camara.leg.br, dep.odaircunha@camara.leg.br, dep.olivalmarques@camara.leg.br, dep.orlandosilva@camara.leg.br, dep.osiresdamaso@camara.leg.br, dep.osmarterra@camara.leg.br, dep.ossesiosilva@camara.leg.br, dep.otavioleite@camara.leg.br, dep.otonidepaula@camara.leg.br, dep.ottacinascimento@camara.leg.br, dep.ottoalencarfilho@camara.leg.br, dep.padrejoao@camara.leg.br, dep.pastoreurico@camara.leg.br, dep.pastorgil@camara.leg.br, dep.pastorsargentoisidorio@camara.leg.br, dep.patrusanancias@camara.leg.br, dep.paulabelmonte@camara.leg.br, dep.paulao@camara.leg.br, dep.pauloabiackel@camara.leg.br, dep.pauloazi@camara.leg.br, dep.paulobengtson@camara.leg.br, dep.pauloeduardomartins@camara.leg.br, dep.paulofreirecosta@camara.leg.br, dep.pauloganime@camara.leg.br, dep.pauloguedes@camara.leg.br, dep.paulomagalhaes@camara.leg.br, dep.paulopereiradasilva@camara.leg.br, dep.paulopimenta@camara.leg.br, dep.pauloramos@camara.leg.br, dep.pauloteixeira@camara.leg.br, dep.pedroaugustobezerra@camara.leg.br, dep.pedroaugustopalareti@camara.leg.br, dep.pedrocunhalima@camara.leg.br, dep.pedrolucasfernandes@camara.leg.br, dep.pedrolupion@camara.leg.br, dep.pedrouczai@camara.leg.br, dep.pedrovilela@camara.leg.br, dep.pedrowestphalen@camara.leg.br, dep.perpetuaalmeida@camara.leg.br, dep.pinheirinho@camara.leg.br, dep.policiaikatiasastre@camara.leg.br, dep.pompeodemattos@camara.leg.br, dep.pr.marcofeliciano@camara.leg.br, dep.professoralcides@camara.leg.br, dep.professorisraelbatista@camara.leg.br, dep.professorjoziel@camara.leg.br, dep.professoradayane pimentel@camara.leg.br, dep.professoradorinhaseabrazende@camara.leg.br, dep.professoramarcivania@camara.leg.br, dep.professorarosaneide@camara.leg.br, dep.rafaelmotta@camara.leg.br, dep.raimundocosta@camara.leg.br, dep.raulhenry@camara.leg.br, dep.reginaldolopes@camara.leg.br, dep.reinholdstephanesjunior@camara.leg.br, dep.rejanedias@camara.leg.br, dep.renataabreu@camara.leg.br, dep.renildocalheiros@camara.leg.br, dep.ricardobarros@camara.leg.br, dep.ricardodakarol@camara.leg.br, dep.ricardoguidi@camara.leg.br, dep.ricardoizar@camara.leg.br, dep.ricardosilva@camara.leg.br, dep.ricardoteobaldo@camara.leg.br, dep.roberiomonteiro@camara.leg.br, dep.robertoalves@camara.leg.br, dep.robertodelucena@camara.leg.br, dep.rodrigoagostinho@camara.leg.br,

Bloco 7

dep.rodrigocoelho@camara.leg.br, dep.rodrigodecastro@camara.leg.br, dep.rodrigomaia@camara.leg.br, dep.rogeriocorreia@camara.leg.br, dep.rogeriopeninhamentonca@camara.leg.br, dep.roman@camara.leg.br, dep.ronaldocarletto@camara.leg.br, dep.rosanavalle@camara.leg.br, dep.rosangelagomes@camara.leg.br,

dep.rosemodesto@camara.leg.br, dep.rubensbueno@camara.leg.br, dep.rubensotoni@camara.leg.br,
dep.ruifalcao@camara.leg.br, dep.ruycarneiro@camara.leg.br, dep.samiabomfim@camara.leg.br,
dep.samuelmoreira@camara.leg.br, dep.sanderson@camara.leg.br, dep.santini@camara.leg.br,
dep.sargentofahur@camara.leg.br, dep.schiavinato@camara.leg.br, dep.sebastiaooliveira@camara.leg.br,
dep.sergioobrito@camara.leg.br, dep.sergiosouza@camara.leg.br, dep.sergioleito@camara.leg.br,
dep.severinopessoa@camara.leg.br, dep.sheridan@camara.leg.br, dep.sidneyleite@camara.leg.br,
dep.silascamara@camara.leg.br, dep.silviacristina@camara.leg.br, dep.silviocostafilho@camara.leg.br,
dep.sorayasantos@camara.leg.br, dep.sostenescavalcante@camara.leg.br, dep.stefanoaguiar@camara.leg.br,
dep.subtenentegonzaga@camara.leg.br, dep.tabataamaral@camara.leg.br, dep.tadeualencar@camara.leg.br,
dep.taliriapetrone@camara.leg.br, dep.tedconti@camara.leg.br, dep.terezanelma@camara.leg.br,
dep.tiaeron@camara.leg.br, dep.tiagodimas@camara.leg.br, dep.tiagomitraud@camara.leg.br,
dep.tiririca@camara.leg.br, dep.tito@camara.leg.br, dep.toninhowandscheer@camara.leg.br,
dep.tuliogadelha@camara.leg.br, dep.ulduricojunior@camara.leg.br, dep.vaidonoliveira@camara.leg.br,
dep.valdevannoventa@camara.leg.br, dep.valmirassuncao@camara.leg.br, dep.vanderloubet@camara.leg.br,
dep.vanderleimacris@camara.leg.br, dep.vavamartins@camara.leg.br, dep.vermelho@camara.leg.br,
dep.vicentinho@camara.leg.br, dep.vicentinhojunior@camara.leg.br, dep.vilsondafetaemg@camara.leg.br,
dep.viniciuscarvalho@camara.leg.br, dep.viniciusfarah@camara.leg.br, dep.viniciusgurgel@camara.leg.br,
dep.viniciuspoit@camara.leg.br, dep.vitorhugo@camara.leg.br, dep.vitorlippi@camara.leg.br,
dep.vivireis@camara.leg.br, dep.waldenorpereira@camara.leg.br, dep.walteralves@camara.leg.br,
dep.welitonprado@camara.leg.br, dep.wellingtonroberto@camara.leg.br, dep.wilsonsantiago@camara.leg.br,
dep.wolneyqueiroz@camara.leg.br, dep.zecarlos@camara.leg.br, dep.zeneto@camara.leg.br,
dep.zesilva@camara.leg.br, dep.zevitor@camara.leg.br, dep.zecadirceu@camara.leg.br

FONASEFE reitera ao Ministério da Economia solicitação de audiência

Conforme já divulgamos, o PROIFES foi recebido pelo MEC no ano passado, mas não houve continuidade do processo de negociação que pleiteamos, sem que fosse convocada nova reunião. A Federação também protocolou pedido de audiência junto ao Ministério da Economia, não obtendo, contudo, resposta.

Desta feita, o PROIFES-Federação, integrado ao FONASEFE, pleiteia mais uma vez a marcação de uma audiência para negociação salarial – já solicitada anteriormente, em 24 de março deste ano. Registre-se que o FONASEFE, Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais, congrega 25 entidades, com mais de 1,2 milhões de filiados, dentre elas as que representam nacionalmente docentes de IFES, e que assinam conjuntamente o ofício que se segue – [PROIFES](#), ANDES e SINASEFE.

Veja abaixo o teor do documento enviado ao Ministro da Economia:

“Brasília-DF, 28 de junho de 2021.

*A Sua Excelência o Sr. Paulo Roberto Nunes Guedes, Ministro da Economia,
Esplanada dos Ministérios, Bloco P, 5º Andar CEP 70048-900*

Assunto: Reiteração do Ofício FONASEFE nº 003/2021, de 24 de março de 2021.

Excelentíssimo Ministro,

O FONASEFE – Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais, composto pelas centrais sindicais (CGTB, CSP/CONLUTAS, CTB, CUT e INTERSINDICAL) e entidades nacionais representativas do funcionalismo federal (ANDES-SN, ANFFA-Sindical, ASFOC-SN, ASMETRO-SN, ASSIBGE-SN, CNTSS, CONDSEF/FENADSEF, CSPB, FASUBRA, FENAJUFE, FENAPRF, FENASPS, [PROIFES](#), SINAIT, SINAL, SINASEFE, SINDCT, SINDIFISCONacional, SINDIRECEITA, SINTBACEN, UNACON-Sindical), vem perante Vossa Excelência reiterar os termos do OFÍCIO FONASEFE Nº 003/2021, de 24 de março de 2021, por intermédio do qual apresentamos a pauta nacional de reivindicações dos servidores públicos federais e solicitamos abertura imediata de negociação, com designação de audiência.

A propósito, registramos que transcorreram mais de três meses desde a protocolização de nosso ofício sem qualquer manifestação desse ministério, ao tempo em que o cenário econômico aponta para o recrudescimento da inflação, conforme anunciado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE que, em 9 de junho, informou que a inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, em maio/2021, foi a maior dos últimos 25 anos e a inflação

medida nos últimos 12 meses alcançou os preocupantes 8,06%, e pelo Relatório de Mercado Focus que vem anunciando sucessivas elevações na projeção da inflação para o ano de 2021, sendo a última de 5,90%, portanto acima do teto da meta de inflação estabelecida pelo Banco Central do Brasil que é de 5,25%.

Assim, houve agravamento da perda salarial apontada em nosso supracitado ofício, que representa severo comprometimento do poder aquisitivo dos servidores, consequência da política de arrocho salarial, deliberadamente adotada pelo governo federal, marcada nos últimos anos pela não concessão de qualquer reajuste ou recomposição da remuneração dos servidores civis, tratamento oposto à política empregada pelo atual governo para com os militares, conforme se verifica na Lei nº 13.954/2019.

Desta feita, atualizamos os índices de reposição equivalentes à defasagem salarial conforme os mais recentes dados:

*a) **reposição de 48,1%** equivalentes à defasagem salarial de julho de 2010 a dezembro de 2021, calculada pelo IPCA- IBGE, para as categorias que tiveram reajuste de 5% em 2013/2014/2015 e que em 2015 assinaram acordos de reposição em duas parcelas (5,5% em agosto de 2016 e 5% em janeiro de 2017);*

*b) **reposição de 28,2%** equivalentes à defasagem salarial de julho de 2010 a dezembro de 2021, calculada pelo IPCA- IBGE, para as categorias que tiveram reajuste de 5% em 2013/2014/2015 e que em 2015 assinaram acordos de reposição em quatro parcelas (5,5% em agosto de 2016, 6,98% em janeiro de 2017, 6,64% em janeiro de 2018 e 6,31% em janeiro de 2019).*

Isso posto, reiteramos nossa demanda pela abertura imediata de negociação, notadamente para atendimento do item 1 de nossa pauta, “1-Reposição das perdas salariais do período de 2010-2021 e preservação do poder de compra”, que se impõe ainda mais imprescindível, em face de seu agravamento, e urgente dado o curto prazo disponível para que, em conformidade com a legislação vigente, em especial com relação ao processo legislativo, possamos ser contemplados em nosso pleito com reajuste até o próximo ano de 2022.

Por fim, reforçamos que as entidades que compõem o FONASEFE representam mais de 1,2 milhões de servidores públicos federais ativos, aposentados e pensionistas, de todo o território nacional, servidores que têm demonstrado sua essencialidade à sociedade brasileira, muitos dos quais trabalhando na linha de frente de combate e enfrentamento à maior crise sanitária de nossa história e às suas consequências econômicas e sociais, cuja dedicação e integridade precisa ser efetivamente reconhecida pelo governo federal, a começar pelo atendimento de nossa pauta de reivindicações.

*Respeitosamente,
FONSASEFE.”*

1. PROIFES-Federação e seus sindicatos (dentre os quais a ADUFSCar) participam das manifestações do dia 03 de julho

O dia 03 de julho foi marcado por manifestações em todo o País. Todos os sindicatos do PROIFES participaram, alguns remotamente, com campanhas virtuais (como a ADUFSCar) e alguns presencialmente, como a ADUFRGS e o SINDIPROIFES-PA, conforme ilustram as fotos abaixo.



Participação presencial da ADUFRGS na manifestação de 03 de julho de 2021



Participação presencial do SINDIPROIFES-PA na manifestação de 03 de julho de 2021

2. Cronograma de vacinação contra a COVID-19 no estado de SP

(disponível em <https://www.vacinaja.sp.gov.br/> acesso em 05 de julho de 2021)

Trabalhador de saúde, indígenas e quilombolas	17 de janeiro
90 anos ou mais	08 de fevereiro
85 a 89 anos	12 de fevereiro
80 a 84 anos	27 de fevereiro
77 a 79 anos	03 de março
75 a 76 anos	15 de março
72 a 74 anos	19 de março
69 a 71 anos	26 de março
68 anos	02 de abril
Profissionais segurança pública e administração penitenciária	05 de abril
Profissionais da educação infantil e básica (47 anos ou mais)	10 de abril
67 anos	12 de abril
65 e 66 anos	21 de abril
64 anos	23 de abril
63 anos	29 de abril
60 a 62 anos	06 de maio
Síndrome Down, pacientes renais em diálise; transplantados	10 de maio
Metroviários, ferroviários (47 anos ou mais); grávidas e puérperas c/comorbidades; pessoas com deficiência permanente (55 a 59 anos)	11 de maio
Pessoas com comorbidades (55 a 59 anos)	12 de maio
Motoristas e cobradores de ônibus	18 de maio
Pessoas com comorbidades e com deficiência permanente (45 a 49 anos)	21 de maio
Pessoas com comorbidades e com deficiência permanente (40 a 44 anos); profissionais do transporte aéreo	28 de maio
Profissionais do transporte portuário	1º de junho
Pessoas com comorbidades e com deficiência permanente (30 a 39 anos)	02 de junho
Pessoas com comorbidades e com deficiência permanente (18 a 29 anos)	07 de junho
Profissionais da Educação (45 e 46 anos)	09 de junho
Gestantes e Puérperas sem Comorbidades	10 de junho
Profissionais da educação infantil e básica (18 a 44 anos)	11 de junho
50 a 59 anos	16 de junho
43 a 49 anos	23 de junho
40 a 42 anos	30 de junho
35 a 39 anos	15 de julho
30 a 34 anos	30 de junho

25 a 29 anos	16 de agosto
18 a 24 anos	1º de setembro

3. Percentual de vacinação dos filiados à ADUFSCar

Com base no cronograma de vacinação divulgado oficialmente pelo estado de São Paulo (apresentado no item acima) e, também, no banco de dados da ADUFSCar relativo ao conjunto de todos os seus filiados (que são a imensa maioria dos docentes da UFSCar e do IFSP/São Carlos), elaboramos – considerando unicamente o critério ‘idade’ – o gráfico abaixo, que mostra a evolução do percentual de docentes associados imunizados com a 1ª e com a 2ª dose, ao longo do período considerado. Ressalve-se que pode haver alguma flutuação dos percentuais apresentados nesse gráfico, quando considerados os distintos campi, em decorrência do fato de que o perfil etário é diferente em cada qual.

Aqui admitimos como hipótese que os professores em questão tomaram a 2ª dose da vacina 90 dias após a aplicação da 1ª dose. Como isso não aconteceu em diversos casos (quando a vacina é a Coronavac, por exemplo, a 2ª dose é dada em até 28 dias depois da 1ª), é provável que o percentual de filiados imunizados seja, portanto, superior ao apontado. Além disso, vários colegas tomaram a vacina antes dos prazos indicados, por se enquadrarem em outros critérios (vide a tabela do item 2, acima).

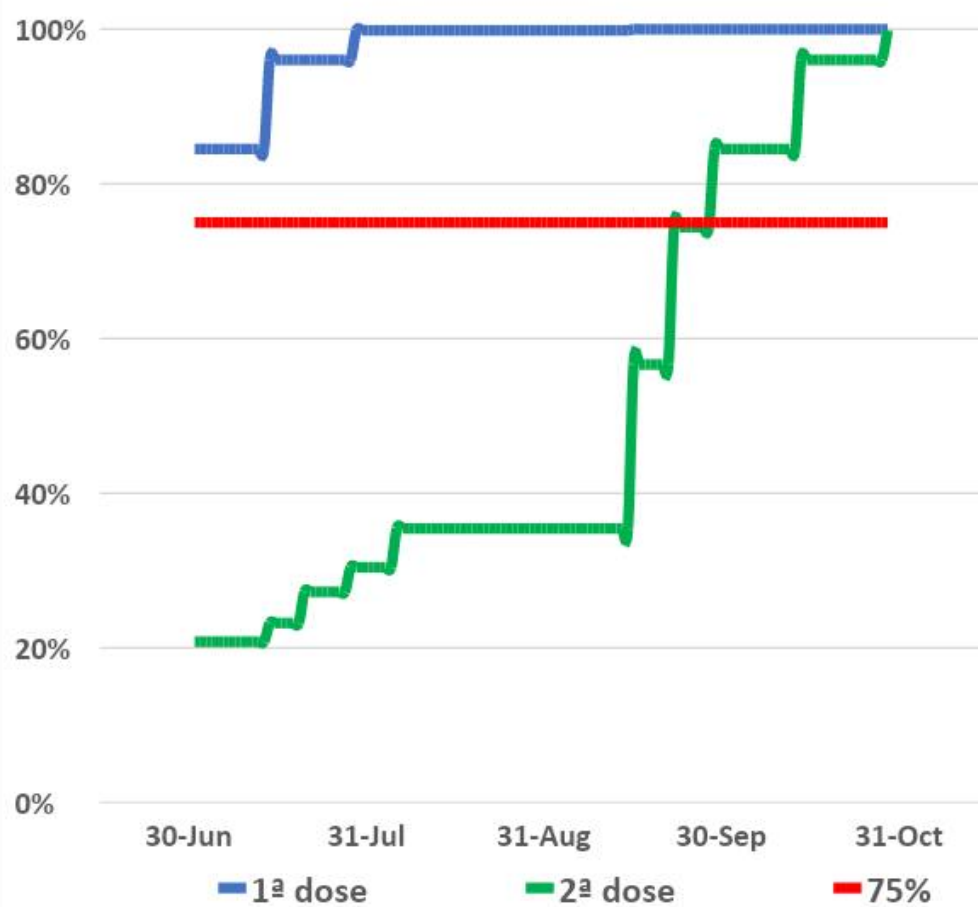
Uma das principais conclusões é que atingiremos o percentual de **75% dos docentes** associados à ADUFSCar **vacinados com a 1ª e a 2ª doses em 23 de setembro** de 2021. E, assim, no dia **8 de outubro de 2021**, **75%** dos filiados da ADUFSCar terão tomado as **duas doses há pelo menos 15 dias**.

Outra decorrência é que no dia **16 de dezembro** deste ano **100% da comunidade universitária estará vacinada, há pelo menos 15 dias** (ao menos em tese), **com duas doses contra a COVID-19**.

A propriedade dessas conclusões depende, claro, da manutenção do cronograma anunciado.

Percentual de vacinação dos filiados à ADUFSCar

23/set: 75% c/2 doses; **08/out: 75% c/2 doses + 15 dias**



PROIFES realiza Conferência Nacional de C&T em 8 e 9 de julho

Pesquisa, Universidade e Luta Sindical em tempos de negacionismo são os temas da primeira Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia do PROIFES-Federação, que acontece em 8 e 9 de julho, de maneira remota, e com transmissão na página de [Facebook](#) e no canal do [Youtube](#) do PROIFES.

“Ciência é soberania. Vivemos um momento de redefinição do Estado, e é o momento de cientistas, pesquisadores, bolsistas e entidades de financiamento da pesquisa se unirem para reverter este quadro de corrosão do ensino da pesquisa e da extensão nas universidades públicas brasileiras. Esta Conferência é um momento privilegiado para esse debate”, afirmou o presidente do PROIFES-Federação, Nilton Brandão.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PROIFES-FEDERAÇÃO
Pesquisa, Universidade e Luta Sindical em tempos de negacionismo
8 DE JULHO ÀS 8h30 | SOLENIDADE DE ABERTURA
● AO VIVO EM: [f @proifesfederal](#) [y @proifesfederação](#)

 Nilton Brandão Presidente do PROIFES	 Enio Pontes Diretor de C&T do PROIFES	 Fernanda Sobral Vice-presidente do SBPC	 Celso Pansera Ex-ministro de C&T Coord. do ICPT.Br
 Edward Madureira Presidente da ANDIFES	 Flávia Calé Presidenta da ANPG	 Geovana Mendes Presidenta da ANPED	 Luiz Davidovich Presidente da ABC
 Fernando Peregrino Presidente do CONFIES	 Roberto Muniz Presidente do SindGCT		

Serão duas mesas de debates por dia, com abertura às 8h30 da próxima quinta-feira, 8 de julho, seguida pela primeira mesa, às 10h, com o tema “Do Laboratório à Luta Política:

A construção de Uma Frente de Defesa da Ciência Nacional”,

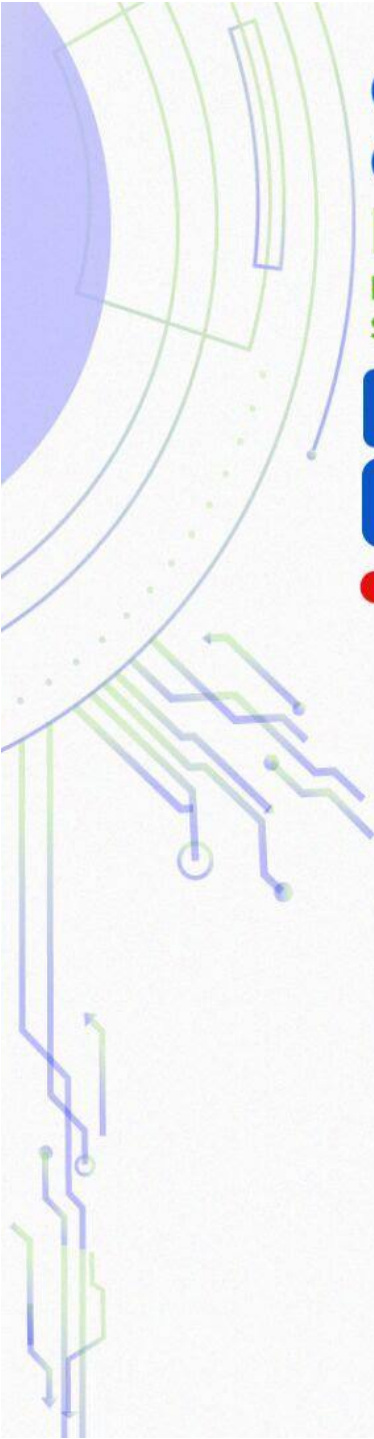
com palestra de **Claudia Linhares, secretária-geral da SBPC, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)** e os debatedores

Nilton Brandão, presidente do PROIFES-Federação,

Carlos Alberto Marques, da APUFSC-Sindical,

Roberto Silva, diretor do SINDPROIFES, e mediação de

Daniel Christino, do ADUFG-Sindicato.



CONFERÊNCIA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA PROIFES-FEDERAÇÃO

Pesquisa, Universidade e Luta
Sindical em tempos de negacionismo

8 DE JULHO ÀS 10h

**Mesa 1: Do Laboratório à Luta Política: A construção
de uma Frente de Defesa da Ciência Nacional**

AO VIVO EM:  [@proifesfederal](#)  [@proifesfederação](#)

Palestrante	Debatedor	Debatedor
		
Claudia Linhares SBPC	Nilton Brandão PROIFES	Roberto Silva SINDPROIFES
Debatedor	Mediador	
		
Carlos Marques APUFSC	Daniel Christino ADUFG	



Às 14h começa a mesa

Pesquisa e Universidade no cenário de pandemia e outras crises globais: o problema da fuga de cérebros no Brasil,

com palestra do

Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), Edward Madureira Brasil, e os debatedores

Gil Vicente Reis de Figueiredo (ADUFSCar), diretor de relações internacionais do PROIFES-Federação,

Bárbara Coelho, da APUB-Sindicato, e

Sérgio Bampi, da ADUFG-Sindicato, com mediação de

Ênio Pontes, diretor de ciência e tecnologia do PROIFES-Federação.



CONFERÊNCIA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA PROIFES-FEDERAÇÃO

Pesquisa, Universidade e Luta
Sindical em tempos de negacionismo

8 DE JULHO ÀS 14h

Mesa 2: Pesquisa e Universidade no cenário de pandemia e outras crises globais: O problema da fuga de cérebros no Brasil

AO VIVO EM:  [@proifesfederal](#)  [@proifesfederação](#)

Palestrante	Debatedor	Debatedora
		
Edward Madureira ANDIFES	Gil Vicente ADUFSCar	Bárbara Coelho APUB
Debatedor	Mediador	
		
Sérgio Bampi ADUFRGS	Ênio Pontes PROIFES	



No dia 9 de julho, sexta-feira, começa às 10h a mesa Desafios para o financiamento da pesquisa no país:

FNDCT e a Questão Orçamentária,

com palestra de

Celso Pansera, secretário executivo do ICTP.br, e debate com

Ênio Pontes, diretor de Ciência e Tecnologia do PROIFES-Federação, e

Dárlcio Teixeira, do ADURN-Sindicato.

Mediação de

Jailson Alves, do APUB-Sindicato.



CONFERÊNCIA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA PROIFES-FEDERAÇÃO

Pesquisa, Universidade e Luta
Sindical em tempos de negacionismo

9 DE JULHO ÀS 10h

**Mesa 3: Desafios para o financiamento da pesquisa
no país: FNDCT e a questão orçamentária**

AO VIVO EM:  @proifesfederal  @proifesfederação

Palestrante	Debatedor	Debatedor
		
Celso Pansera ICTP.Br	Dárlcio Teixeira ADURN	Ênio Pontes PROIFES
Debatedor	Mediador	
		
Gorki Mariano ADUFEPE	Jailson Alves APUB	



Encerrando a Conferência, às 14h, a mesa **Ciência, Humanismo e Saúde Pública no contexto da pandemia – impactos e desafios sociais da crise**,

com palestra de **Gulnar Azevedo e Silva**, presidenta da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), e debate de **Rosângela Gonçalves**, presidenta do SINDIEDUTEC-Sindicato, **Oswaldo Negrão**, presidente do ADURN-Sindicato, **Daniel Christino**, do ADUFG-Sindicato e mediação de **Darci Campani**, do ADUFRGS-Sindical.



CONFERÊNCIA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA PROIFES-FEDERAÇÃO

Pesquisa, Universidade e Luta
Sindical em tempos de negacionismo

9 DE JULHO ÀS 14h

**Mesa 4: Ciência, Humanismo e Saúde Pública no contexto da
pandemia – Impactos e desafios sociais da crise**

AO VIVO EM:  @proifesfederal  @proifesfederacao

Palestrante	Debatedor	Debatedor
		
Gulnar Azevedo ABRASCO	Rosângela Gonçalves ADURN	Oswaldo Negrão ADURN
Debatedor	Mediador	
		
Daniel Christino ADUFG	Darci Campana ADUFRGS	



Twitter: twitter.com/proifesfederal Facebook: facebook.com/proifesfederal
YouTube: youtube.com/proifesfederacao Instagram: instagram.com/proifesfederacao